



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 64

Sessão Ordinária de abril

9.ª Reunião em 18-07-2012

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário, e pela Vogal Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Victor Manuel Marques Oliveira, António José Mila Canhoto, João Carlos Martins Valente, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Sílvia Nunes Ferreira de Ribeiro, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Virginia Maria Melo Matos, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Sesnando Alves dos Reis, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Inês Sequeira Bastos Abreu, Raul Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, e Pedro Machado Pires da Rosa.[001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, e Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroteia e dos vogais Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Inês Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Victor Manuel Marques de Oliveira, António José Mila Canhoto, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Virginia Maria Melo Matos, e António Manuel Santos Salavessa, respetivamente.[003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel Silva Martins, Armando Manuel Dinis

Vieira, se fizeram substituir nesta reunião, respetivamente por, Sílvia Nunes Ferreira Ribeiro, e Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, Artur Paulo Madaíl Lobo, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Rui Miguel Bartolomeu maio, Celme Cristina de Jesus Tavares, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, pediram escusa.

(procedente alteração ordem-do-dia aprovada em reunião de 16/05/2012 por unanimidade)

PONTO 6. – REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS.⁰⁰⁴

(A *deliberação* tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 30/04/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador do Pelouro para o mesmo fazer a introdução do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente Carlos Santos⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁷

“Primeira intervenção e para que conste. Boas noites Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Mesa, excelentíssimos Senhores Deputados. Reservo-me para a segunda volta.”

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Boa noite a todos os presentes, muito obrigado. Antes de mais devo dizer que discutir este Regulamento por si só é um ato um pouco desgarrado. Porque se numa Sessão anterior se discutiu a criação da figura das charretes em Aveiro, só agora é que vamos ver quanto é que uma charrete tem que pagar para existir!? Julgo que isto é apenas um dos exemplos. Julgo que a melhor forma de fazer uma política municipal não é fazê-la aos pedacinhos, é fazer uma discussão conjunta de tudo.

Devo considerar que este Regulamento só por si (e também os outros) são uma floresta. Basicamente são o sonho de qualquer burocrata uma vez que julgo que esta Câmara Municipal terá mais Regulamentos que qualquer associação bastante grande. Associação de Municípios, como queira.

Aquilo que me chama a atenção neste Regulamento é que este Regulamento tem um contexto e o contexto é muito simples, a Câmara Municipal de Aveiro bateu no fundo! Bem sabemos que havia uma dívida, bem sabemos que podemos não considerar que Élio Maia semeou essa dívida, mas regou-a, tratou-a bem e ela cresceu e aí está. E não só, temos uma enorme dívida agora, a Câmara Municipal completamente no fundo como o Presidente Élio Maia já o reconhece. Ainda esta semana reconheceu, que em princípio por aquilo que conhece irá aderir ao programa do financiamento dos municípios, acordado entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo. O que é que isto significa? Significa que Élio Maia está na disposição de aumentar todos os impostos para o máximo, todas as taxas municipais para o máximo, todos os serviços municipais como a água, o lixo, tudo o mais para o máximo. E em

suma este Regulamento é a ante Câmara daquilo que está a vir, é a ante Câmara de uma nova relação da Câmara Municipal para com os municípios. Uma relação em que os municípios serão chamados a pagar a incompetência deste executivo municipal, porque não nos podemos esquecer, que este executivo municipal teve um empréstimo, teve um Plano de Saneamento Financeiro concebido por si próprio, para resolver o problema da dívida. Chegamos a 2012, pela economia nacional e pelo pagamento do juro do próprio empréstimo da Câmara, a situação será pior e ainda antes disso, já está bastante má e pior do que deveria estar. E é por isso, que são criadas novas taxas neste Regulamento, não são taxas como é dito no documento, para financiar ou pagar serviços ou para pagar o que quer que seja, são taxas e receitas para pagar o buraco imenso da dívida da Câmara de Aveiro. Os valores estipulados para essas taxas, não são nem equitativos nem justos, são apenas um castigo a todos os aveirenses, a toda a população para pagar essa dívida. E como disse, isto é apenas um cheirinho daquilo que vem, é apenas a ante Câmara da grande austeridade que aí está, porque Élio Maia decidiu que o município de Aveiro vai aderir ao clube da austeridade, vai pôr todos os cidadãos a pagar o máximo do máximo. Em relação às duas taxas que são criadas, a taxa de dormida e a taxa de viagens da ria, eu devo dizer que dantes tínhamos a loja dos presentes, agora parece que Élio Maia quer transformar Aveiro na cidade dos duzentos. Se um turista quer dormir em Aveiro, um euro. Um turista faz um passeio na ria de Aveiro, mais um euro. Isto, para além dos quinze euros que se vier de Vilar Formoso nas SCUT's, entre muitas outras taxas adicionais que foram criadas nos últimos tempos. E acho curioso que o Vereador Carlos Santos tinha chamado a atenção, para a discussão pública que foi feita em torno deste Regulamento, porque em relação a estas taxas, todos os pareceres foram negativos e toda a consulta pública foi deitada no lixo. Em termos mais particulares, devo dizer que desde as simples fotocópias, impressões e emissão de certificados, há um valor excessivo para todos esses serviços, muito além do trabalho efetuado ou dos gastos dispendidos.

Na questão dos cemitérios, costuma-se dizer que quando morremos somos todos iguais, eu não acredito bem nisso, mas a verdade é que este Regulamento mantém algo já de trás, que na sepultura das mais simples ronda dois salários mínimos. Eu acho que pelo menos na morte deveríamos ser todos iguais e não só na morte obviamente.

Julgo que há uma grande diferença entre aquilo que é as taxas para a publicidade, que são bastante baixas e as taxas de ocupação do espaço público, para eventos culturais sociais e desportivos. Se a publicidade é uma mensagem que eu não peço, mas que a cidade me obriga a ver, os eventos culturais que ocupem espaço público mas sejam sem interesse comercial, sem fins lucrativos, e que eu posso usufruir desses eventos, julgo que deveriam taxados de forma menor do que a publicidade.

Devo dizer que há um ponto positivo no Regulamento, que são as isenções para usufruto de edifícios e infraestruturas municipais, para instituições sem fins lucrativos. Julgo que deviam ser mais amplas estas isenções, ainda assim é um ponto positivo, Há também certamente um erro no capítulo seis porque basicamente é mais barato alugar um palco durante três dias ou uma semana do que durante um dia, portanto se eu quiser alugar um palco um dia, alugo-o durante a semana toda que fica mais barato.

Sobre a taxa de índole turística, dizer-vos que isto é muito pouco uma taxa, é muito mais um imposto, porque uma taxa é acordada. Uma taxa pode ser evitada e uma taxa paga um serviço e por exemplo um serviço de saneamento já é pago noutras taxas, portanto eu pergunto, esta taxa serve afinal para pagar o quê, se não a dívida que esta Câmara Municipal regou? E devo dizer ainda que esta taxa é tudo menos equitativa, porque um hotel de luxo ou um hotel de duas estrelas, um hotel que cobre quinhentos euros por uma dormida ou um hotel que pague vinte euros por uma dormida, um hotel que tenha lucro ou um hotel que tenha prejuízo, pagam exatamente a mesma taxa. E em suma é isto, eu queria que estas respostas me fossem dadas, para que é que servem estas duas novas taxas? Para que é que

serve o período de consulta pública, se nada é tido em conta? E afinal isto é ou não, a ante Câmara daquilo que está para aí a vir, que Élio Maia já o admitiu, que vai através desse financiamento, que o Estado cortou um milhão de euros para as Câmaras Municipais e vai dar agora um milhão de euros neste novo modelo, mil milhões de euros, portanto a Câmara Municipal de Aveiro não se queixou no corte estatal. Apoiou este Governo ativamente através da figura da Senhora Presidente e agora o que eu quero saber é, a austeridade que aí vem é muito mais que esta não é?”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁹

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁰

“Muito boa noite a todos. Eu nesta primeira ronda queria apenas colocar uma questão, eu deduzi das palavras do Senhor Vereador que não tinha havido quase nenhuma ou absolutamente nenhuma alteração às taxas que existiam, tinham sido criadas novas taxas. E referiu também que dessas novas taxas, umas se deviam a questões legais e outras se deviam a questões não legais, portanto por opção da Câmara. E eu gostaria de saber em quais destes blocos é que estão cada uma das taxas, aquelas que são por obrigação legal, (foi o que eu deduzi das suas palavras) e quais são aquelas que foram criadas ou geradas por opção própria da Câmara Municipal de Aveiro? É só nesta primeira ronda.”

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰¹¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹²

Vogal Carlos Valente (PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹³

“Obrigado Senhor Presidente. Eu para não ocupar muito tempo, então eu vou cumprimentar todos com este, obrigado Senhor Presidente e boas-tardes a todos. Bom, primeiro a necessidade e da fundamentação deste Regulamento. Este Regulamento é de facto como já alguém disse, fundamental para a própria Câmara, porque regula o que os cidadãos vão pagar pelos serviços que são prestados pela Câmara e portanto daí ser fundamental. É fundamental também no momento em que nos encontramos, que é um momento extremamente difícil para o país. É um momento em que se solicita também o contributo de todos os municípios e um momento também difícil para a Câmara Municipal, que vê refletido na sua execução Orçamental, os aspetos complicados que o país está neste momento a impor, em particular o Governo com algumas das medidas que estão a ser enunciadas e já executadas. Portanto, certamente que há aqui assim mais que motivos também para que este Regulamento sendo fundamental, seja também bastante ponderado relativamente à situação para a própria Câmara Municipal de Aveiro. É óbvio que é uma política de preços, sem dúvida nenhuma que o é. Agora é uma política de preços, como outra qualquer, como foram outras políticas noutras alturas em que nós tivemos aqui a aprovar por exemplo taxações de preços de fotocopiadoras e de fotocópias e de outras coisas tais, portanto e eu lembro-me que nessa altura ninguém fez referência a isso. Neste momento é fundamental que este Regulamento seja aprovado, nós PSD como é óbvio, por razões políticas e por convicção, achamos que o contributo de todos é fundamental neste momento e portanto estamos a favor das chamadas taxas turísticas, que aqui assim são enunciadas, porque consideramos que deve haver um contributo das pessoas que usufruem dos serviços e em particular, se calhar daqueles que vêm aqui a Aveiro usufruir desses serviços e que já nem são os próprios municípios de Aveiro que neste caso estão em questão, portanto são as própria pessoas que nos visitam e que usufruem dos nossos serviços, se derem um contributo, não achamos que fique mal e portanto por isso concordamos com este Regulamento. Disse.”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Senhor Deputado, se acha que é um dever ou uma necessidade que deve ser paga por quem nos visita, por que razão é que quem nos visita e que não pernoita no hotel não paga nada? Onde é que está a igualdade entre as diversas situações? Portanto, não acha que o princípio da igualdade devia existir? E por que é que é aplicada nos hotéis e não é aplicada nos restaurantes? Por que é que é aplicada nos hotéis e não é aplicada nas compras que fazem nos hipermercados? Portanto que justiça é que o Senhor deputado vê nisso?”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Eu vou-lhe responder com outra pergunta: qual foi a proposta que o Partido Comunista apresentou para que houvesse essa equidade, por favor?”

Vogal Virginia Matos (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Boa noite a todos. Eu gostava de me centrar mais na criação desta taxa turística, neste Regulamento, para dizer que realmente o BE não pode, jamais poderia aceitar a criação de uma taxa turística. Este país está realmente a tornar-se numa autêntica floresta fiscal e injusta. Neste momento, acho que muito pouca gente ou ninguém percebe, o que é que está a pagar, para que é que está a pagar e porque é que está a pagar? Em princípio todos os cidadãos são chamados a pagar os seus impostos, impostos criados previamente pelo Estado, que são regulamentados e que estão regularizados e que as pessoas pagam atempadamente. Como é que é possível, continuarem a nascer taxas, à esquerda e à direita, de um lado para o outro, hoje é uma taxa disto, amanhã é um taxa daquilo, hoje aumenta uma taxa aqui, além aumenta uma taxa no outro lado e os cidadãos continuam a pagar e a pagar e a pagar! Não podem continuar a chamar os cidadãos a pagar o buraco que não foi criado por eles. Esta é uma política claramente seguida pelo Estado e uma política claramente seguida pelo executivo da Câmara Municipal de Aveiro, mas não foram os cidadãos, não são os cidadãos que têm culpa deste buraco financeiro e não pode recair totalmente sobre os cidadãos, o pagamento ou o tentar sair deste buraco. E como tal, quando pagamos os nossos impostos, esperamos que os nossos impostos sejam distribuídos pelos diferentes serviços, de uma forma justa, transparente e que toda a sociedade possa usufruir daquilo que nós criámos e daquilo que nós pagamos com os nossos impostos. O criar taxas sobre taxas, não vai tirar-nos da situação de banca rota em que esta Câmara está metida, como vai agravar a vida das pessoas, que aqui moram na cidade e neste caso aqueles que os visitam e isto leva-me para um segundo ponto que é, o facto de uma taxa como esta ser aplicada essencialmente em cidades grandes como o caso de Paris por exemplo ou Roma que são cidades que são muito visitadas, são cidades que são turisticamente muito procuradas, que não é o caso de Aveiro. Aveiro não é uma cidade que tenha um número ou um acesso turístico tão elevado assim, que permita a criação de uma taxa e que realmente lucre ou usufruto de qualquer coisa sobre isso e neste caso acho que estamos ainda a prejudicar o turismo na cidade. Nós que já nos queixamos que o turismo é escasso, que não estamos a atrair o número de turistas que queríamos que visitasse a nossa cidade, que vimos o número de turistas diminuir com portagens das SCUT, que vimos o número por exemplo de espanhóis que vinham cá visitar a cidade, que agora muito mais diminuto, por causa das portagens que têm que ser pagas, o que é que isto vai trazer de bom? O que é que isto vai beneficiar esta taxa de aumento, o que é que vai beneficiar o turismo da cidade? Este é um ponto que também foi referido pelos pareceres que foram pedidos, portanto as opiniões que foram pedidas, principalmente na área hoteleira, que isso exatamente que foi dito. Depois parece-me que é uma taxa realmente que não cria muita justiça, por exemplo as pousadas da juventude que são patrocinadas pelo

Estado ou que têm o apoio do Estado, não cobram nenhuma taxa, portanto quem fique nas pousadas da juventude que são abertas a quem queira ficar lá, não paga qualquer tipo de taxa. Depois como o Nelson referiu, um hotel de 5 estrelas, paga a mesma coisa que um hotel de duas estrelas, um hotel que cobra uma diária de quinhentos euros paga a mesma coisa que um hotel que cobre vinte euros pela sua diária. Também não me parece muito justo. E penso que o Regulamento que levanta outra questão que ainda não foi aqui focada, na questão desta taxa que é, quando se faz uma marcação on-line por exemplo na internet de uma estadia em Aveiro, esta taxa passa despercebida, quer dizer muitas vezes nem sequer é cobrada pelo serviço de internet e quando se chega ao hotel e se vai para dormir, vai ser então aí que vai ser aplicada a taxa e o turista vai ter que então pagar no momento, depois de já ter pago a estadia, vai ter que pagar no momento na taxa, o que realmente se fosse eu, realmente seria a primeira e a última noite que dormiria em Aveiro. Portanto todas estas questões se levantam, realmente o que é que esta taxa beneficia? Será que aquilo que a Câmara vai receber realmente compensa aquilo que se vai perder?”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Muito boa noite, obrigado Senhor Presidente. Primeira questão que me ocorre sobre esta situação, sobre o Regulamento de taxas no seu todo, é perceber um pouco o alcance das palavras do Senhor Vereador Carlos Santos, quando aqui no início tentou introduzir e justificar de alguma forma porquê este e não outro e de facto os argumentos foram exclusivamente formais, licenciamento, novo enquadramento legal, balcão do empreendedor, etc., etc., Quando o meu camarada Paulo Jesus há pouco disse e cale a pena sublinhar, quando a tal política de preços que é isso que nós estamos a falar, sustenta ou de alguma forma financia ou justifica o local para onde nós queremos ir, os objetivos que pretendemos alcançar. E nós podemos dizer aqui variadíssimas opções, podemos dizer, “nós queremos uma cidade sem carros no seu centro” e portanto taxamos de determinada forma a ocupação do espaço público de um Regulamento no outro Regulamento. Podemos dizer do ponto de vista ambiental, que podemos taxar ou não taxar. Podemos dizer aos animadores e às empresas que fazem eventos, que queremos que elas de facto venham a Aveiro fazer coisas e portanto temos uma política mais interessante do ponto de vista económico para que elas venham. Podemos ter a perspetiva contrária – “queremos uma cidade calma, conservadora, que se deite às 11 horas etc.” Podemos ter uma política mais para a área desportiva. Podemos ter uma política que queira atrair turismo ou seja, qualquer coisa, aquilo que para além das questões formais, que qualquer burocrata faria e para isso não precisamos de ter vereadores, não precisamos de ter um Plano Estratégico, não precisamos de ter nada e de andar o erário público a financiar gestores e políticos que se propõem fazer alguma coisa de diferente e alguma coisa de concreto para a sua comunidade! Não, bastava qualquer burocrata e tecnocrata, podia fazer do ponto de vista administrativo, olhava para a Lei e dizia – ok, vou aqui alterar aquilo que é preciso alterar e apresento aos Órgãos responsáveis e assim aconteceu. Portanto com a argumentação do Senhor Vereador, nós continuamos a não saber para onde é que caminhamos, portanto ao fim e ao cabo até podem ter alguma ideia, mas não a transmitiram. E portanto não sabemos porque é que este Regulamento é exatamente igual ao que era há quatro anos, porque é que tudo ficou igual e a pergunta é, se estará tudo igual nos últimos quatro anos? Não há razão para mudar rigorosamente nada? Até porque o Senhor Vereador disse logo de seguida, nós não alteramos, não aumentamos nenhuma taxa, não disse também diminuíram, (não sei se diminuíram ou não, não aumentaram nenhuma taxa) a única coisa que fizemos foi criar taxa nova. E uma das taxas que criaram foi a tal taxa que foi, palavras do Senhor Vereador, também já ditas pelo Senhor Presidente noutras ocasiões) foi o Regulamento amplamente discutido. E é ótimo, como nós temos documentos e documentos estratégicos para Aveiro, que são de facto amplamente

discutidos. Discutidos pelas entidades, principalmente discutidos pelos cidadãos. E a pergunta que eu deixo foram onze Senhor Vereador, disse onze! Onze entidades que sobre as taxas se pronunciaram e nomeadamente sobre a taxa turística. E a minha pergunta é, das onze entidades, alguma deu um parecer favorável à vossa proposta? Era interessante, porque esta perspetiva de falar, ouvir as pessoas e ouviram, porque é obrigatório ouvir. Ouviram as pessoas, não as ouviram, receberam os e-mails e entretanto olharam para eles e pelos vistos, acabou por cair em saco roto, porque ao que sabemos, (nós por acaso também temos essa informação) todas as propostas iam ao arrepio daquilo que é a vossa proposta final. Como em todas as situações, como já falámos na última Assembleia Municipal, como falámos sobre todos os projetos que apresentaram à comunidade nos últimos tempos, são muito poucos aqueles que têm algum tipo de apoio e as pessoas pronunciam-se, perdem tempo a avaliar, alguns até fazem propostas alternativas e as entidades nomeadamente e qual é o resultado? Zero. E quando se fala da política de atratividade Aveiro, por exemplo do ponto de vista turístico, uma das coisas que é importante perceber, não sei se o executivo sabe, é que um dos grandes problemas que nós temos do ponto de vista de hotelaria, é que os turistas que visitam Aveiro ficam cá muito pouco tempo. E ficam muito pouco tempo, porque não têm o que fazer, e isto é dito pelos operadores, não sou eu que estou a dizer, não têm o que fazer, não têm programas, não têm nada, podiam ter algumas coisas. Podiam ter por exemplo a única praia que nós temos no concelho, já agora se tivesse bandeira azul ajudava. Mas agora não, têm negra! E portanto nem a única praia que tinha bandeira azul, os Senhores deram cabo dessa situação e portanto não temos nenhuma. Para onde é que eles vão? Para o concelho vizinho. Entrávamos em Aveiro e íamos parar a um dos sítios onde mais cidadãos de fora de Aveiro permanecem, Largo do Rossio e neste momento temos o micro largo do Rossio, porque ele está completamente amputado por causa da vossa teimosia de não resolverem o problema e da teimosia que tem a ver com a questão de querer fazer uma obra que não interessa a ninguém e com a incompetência de não terem conseguido resolver o problema. E hoje temos uma paisagem, uma das mais importantes, aliás dita pelo Senhor Presidente o postal de Aveiro, que neste momento não é um postal, é uma miséria! E a primeira impressão que as pessoas têm quando chegam a Aveiro é um estaleiro que não serve para rigorosamente nada, oco, que não está ali a fazer nada, nem sequer se consegue justificar. Podíamos ter uma pelica de eventos atrativa, podíamos por exemplo ter uma regata, era interessante ter uma regata. Mas também essa, não tivemos capacidade para conseguir garantir, não temos nada a acontecer em Aveiro. nada de relevante trás as pessoas a Aveiro neste momento. É o esforço que ainda vai acontecendo e o sacrifício do movimento associativo de algumas associações sem qualquer tipo de apoio vão fazer as coisas, mas é impossível lutar contra tudo isto, nomeadamente, quando nós olhamos para o Regulamento de taxas e eu, a única coisa que pedem é, dinheiro para uma licença, dinheiro para o papel, para isto para aquilo para aqueloutro, qualquer coisa em Aveiro precisa de uma licença para qualquer coisa, porque nós não temos ideia nenhuma para onde queremos ir. E portanto não baixámos nada, não aumentámos nada, não agravámos nada, não temos ideia nenhuma, porque de facto isto é tudo feito assim. É um documento para vós absolutamente financeiro e portanto neste momento, continuamos a ter uma situação (o meu camarada Paulo Jesus há pouco já referiu) paradigmática daquilo que é o caminho a não seguir que é o caso das piscinas. As piscinas, que mais uma vez, eram uma das infraestruturas, das únicas que haviam na zona centro, com aquelas condições, onde se gastou o dinheiro que se gastou e vossas excelências, podemos lembrar várias vezes o episódio que é importante que as pessoas não se esqueçam, com todo aquele rocambolesco processo, ficaram sem uma piscina, sem a principal, a única piscina que havia. E portanto ficámos todos, ficaram os que cá moram e ficaram os que cá nos recebem. Portanto digam-me vossas excelências, com este Regulamento de taxas, para onde é que caminhamos? Porque é que a cidade vai estar melhor daqui a três, quatro, cinco anos, com este Regulamento? Esta é a pergunta que eu deixo. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente Carlos Santos:⁰¹⁸

“Eu queria referir aqui alguns aspetos. É que naturalmente não vou falar de estratégia, nem de ideias, porque “estratégia e ideias nós não temos, nós estratégia e ideia não temos, está toda em determinado lado” a estratégias e as ideias. Mas gostaria de vos dizer o seguinte. Este Regulamento é um Regulamento objetivo. E eu queria responder aqui à questão que o deputado Picado levantou e que eu lhe disse e que eu acho que é importante esclarecer. Este Regulamento conforme eu disse, não tem agravamentos de taxas e foram criadas taxas novas. As taxas novas que foram criadas são as de índole turística e são unicamente essas. Portanto capítulo X – taxas e preços de índole turística. E portanto, a outra parte, taxas de gestão dos canais urbanos da ria. Eu só queria dizer aqui o seguinte. Esta taxa foi criada naturalmente Aveiro não é o pioneiro. Vila Real de Santo António já criou esta taxa e esta taxa de um euro já existe em Vila Real de Santo António. Digo mais. Eu estou a dizer que não é preciso ir a Paris, nem ir a Bruxelas, nem ir a esses lados, porque de facto isso não é necessário. Não é necessário ir para aí porque aqui no país encontra-se.

Também uma outra questão de que este Regulamento apareceu desgarrado e aparece aqui fora da sequência. Como todos os senhores deputados sabem, como todos os senhores deputados sabem, este Regulamento já devia ter sido tratado há muito tempo. A ordem não era esta. Mas foi a Assembleia que pegou nos Regulamentos, em quatro Regulamentos e foi isso que foi conversado em reunião de líderes, passar estes quatro Regulamentos para os últimos pontos da agenda. Portanto isso não é uma responsabilidade do executivo.

E depois dizer um aspeto que eu considero importante. “Não se dá nada, está-se a criar isto, não se está a dar nada.” É evidente que se lerem o Regulamento, está lá perfeitamente dito nos artigos, a razão de ser das taxas. Tudo o que se passa em relação às taxas, o sistema de cobrança e tudo o que se passa em relação a essa matéria. Depois que “nada se passa em Aveiro.” Eu não percebo! Dá-me a impressão que as pessoas não passam cá o fim de semana ou as pessoas não vivem nesta cidade. Eu vejo movimento, vai-se ao domingo, vai-se ao sábado, dá-se uma volta na cidade e é uma multidão na cidade! A nossa cidade é fortemente visitada. Só diz que Aveiro não tem ninguém quem não vive cá, acho eu! Porque eu vivo cá, eu estou cá, falo com os operadores, eu falo com toda a gente. O Senhor está muito preocupado com os operadores. Sabe quanto é que custa uma reparação nas eclusas? Sabe, quanto é que custa? Não tem nada a ver uma coisa com a outra? Pagam os outros, os que não utilizam o canal é que pagam as reparações das eclusas? Os senhores arranjam uma máquina de fazer notas e daí depois resolvem as questões todas.

Portanto não houve agravamentos de preços em relação às taxas. Não houve agravamento dos preços. Houve criação de novas taxas e foi apenas naquele grupo que aqui já foi dito. Muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira:⁰¹⁹

“Senhores Deputados muito boa noite. Algumas notas que o Eng.º Carlos Santos não deu e que me cabe a mim transmitir.

Antes de mais desejar boa noite ao deputado Salavessa — e não me vou guardar para a segunda intervenção, vou agora transmitir.

Em relação àquilo que disse o Nelson Peralta quanto à lei do programa de apoio à economia local, disse uma série de soundbytes. Queria fazer notar que a lei não está aprovada. E das várias coisas que o Senhor referiu, nenhuma delas está referida na proposta do projeto lei. Mais duas notas que tenham dito em relação aos valores de estarem abaixo das taxas que depois são cobradas. Em relação a isso só dizer-lhe que há taxas que estão acima e taxas que estão abaixo. Há majorações e minorações exatamente como política defendida por este

executivo. Nomeadamente nalgumas taxas administrativas nós estamos claramente abaixo do custo real ao contrário daquilo que disse.

Há algumas taxas de carácter mais ecológico, se lhe posso transmitir assim, nomeadamente as taxas de ruído, que claramente estão majoradas porque nós queremos pôr travão a isso e portanto há que definir essa questão.

Quanto à discussão pública que foi referida aqui por vários deputados. Dar-lhes nota que para além da discussão pública que nos foi feita chegar, houve reuniões com os operadores quer turística ou marítimos, quer com os hoteleiros.

Aliás, algumas das notas que vieram e que foram introduzidas após discussão pública foram exatamente de acordo com essas reuniões, nomeadamente a limitação do valor máximo da taxa de alojamento turístico. E portanto esse foi um dos pontos que nós colocámos de facto de acordo com a discussão que tivemos com os operadores.

Quanto àquilo que o deputado Francisco Picado nos transmitiu da questão da legalidade. Como é óbvio estando tudo na lei definida em termos de possibilidade de taxas que nós criámos por vários motivos como é óbvio, a decisão é política em relação a isso. Nós podíamos inclusivamente dizer “não vamos taxar tirar fotocópias”, as pessoas chegam lá e nós entregamos uma fotocópia do que quiserem — é uma opção política, como é óbvio.

Em relação àquilo que colocou o Paulo de Jesus dar-lhe uma nota. Foi enviada à Assembleia Municipal uma nota com a justificação do outro Regulamento que aliás se aplicava a este. Porque há uma parte da fórmula que foi justificado como sendo um lapso, houve um “copy paste” e portanto neste era similar a esse erro. E portanto foi corrigido e foi enviado à Assembleia para conhecimento dos Senhores Deputados.

Senhor Deputado Marques Pereira os aveirenses pagam muito, já falámos sobre isso. Quanto à fórmula ser obrigada a aparecer, se repararem, não existem fórmulas únicas. Houve uma fórmula geral que foi adotada que teve a ver com a questão dos custos do próprio município, os custos administrativos, e que isso foi retirado de uma análise que foi feita de outros Regulamentos que também já existem. Como sabem isto é uma situação relativamente recente para os municípios. E portanto não foi só por obrigação, houve um trabalho que foi feito nomeadamente em termos de avaliação dos PPI's e dos custos de funcionamento do município. E portanto não foi só por aparecer, foi um trabalho que foi feito pelos nossos técnicos.

Em relação à Deputada Virgínia, o quê, o para quê e o porquê, estão no corpo de texto que introduzem as taxas e portanto está explicado para que é que servem e porque é que servem.

Quanto à questão dos cidadãos serem chamados a pagar, que é uma política da Câmara, também já lhe vou responder a isso, há aqui uma diferença bastante grande.

Quanto ao facto de serem só cidades grandes. Em Portugal o Eng.º Carlos Santos já referiu, mas na Europa não são só as cidades grandes, bem pelo contrário, há muitas cidades mais pequenas do tamanho de Aveiro que também cobram esta taxa. É normal que a taxa evolua para valores muito mais altos e nós quando gostamos de nos chamar a Veneza de Portugal, alguns gostam de chamar, eu faço nota de que em Veneza são seis euros por dormida. Não vamos comparar a dimensão, nem pouco mais ou menos! Mas podemos comparar com aquela que é hoje a capital europeia da cultura, Guimarães, ou que é Maribor na Eslovénia, e que é um euro e um cêntimo neste momento. E portanto e que tem uma dimensão exatamente igual de Aveiro.

Q que é que vai beneficiar? Estão definidas as contraprestações das taxas e portanto isso é claro, o que é que vão beneficiar. Por último o Deputado Gonçalo Fonseca transmitiu-nos porque é que nós podemos garantir que Aveiro vai estar melhor graças a este Regulamento? Julgo que foi essa a questão que levantou finalmente. Então dar-vos aqui duas ou três notas sobre isto, em Portugal não há o hábito de, de facto os nossos impostos, taxas e preços serem atribuídos para prestações. O Estado Português (e eu acho que muito mal) tem o hábito de todos os impostos vão para um bolo e distribuem-nos como querem. O que temos feito no

município de Aveiro a esse aspeto tem sido, aqueles impostos que são de índole geral, nomeadamente IMI e IMT e Derrama, têm sido distribuídos entre as despesas de funcionamento do município e algum investimento em termos daquilo que é o Planeamento. Tudo o resto, temos procurado que de facto hajam contraprestações daquilo que é realizado. Este é o exemplo paradigmático disto. Nós temos custos avultados com os canais urbanos. Um investimento que foi feito pelo município quando ainda nem sequer tinha a responsabilidade sobre os mesmos e, portanto, temos um custo elevado sobre manutenção. E é isso que nós estamos a cobrar, o valor para esse custo. A mesma coisa se passa na maior parte destas taxas.

Senhores Deputados se repararem há aqui a preocupação de que elas, que são as taxas novas introduzidas, não recaiam diretamente sobre o cidadão aveirense e recaiam sobre quem nos visita de facto. Há aqui o objetivo de não imputar custos àquilo que são os nossos cidadãos. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:[020](#)

“Muito obrigado. Só uma nota final em relação aos esclarecimentos já aqui já aduzidos. Primeiro foi aqui referido pelo nosso digno deputado Nelson Peralta, que hoje fez um intervalo nas suas ocupações que tem no cargo para o qual foi nomeado por um membro do seu Partido para estar no Parlamento Europeu, saudá-lo, cumprimentá-lo, portanto isto dos “tachos” também é assim um bocado mais alargado, não se traduz apenas a uns!?! Cumprimentá-lo e dizer-lhe que aquilo que referiu aqui não é próprio de um membro do Parlamento Europeu ou de uma pessoa que está no Parlamento Europeu! Quando diz que regulamentar é o sonho de qualquer burocrata, é exatamente ao contrário.

Regulamentar é o grande anseio, o grande desejo, de qualquer democrata. Porque numa ditadura, uma oligarquia, não precisa de Leis, quanto menos melhores, porque há sempre alguém que manda. Na altura própria aparece o que manda. Numa democracia, quando nós regulamentamos, estamos exatamente a fazer o contrário. Estamos a retirar o poder de decisão de um para transportar esse poder de decisão para muitos e estamos a dar transparência àquilo que são as decisões, porque ela à partida, as decisões, deixam de estar suportadas apenas e só naquilo que será a vontade de um para se ter que apoiar e alicerçar naquilo que é a vontade de mais pessoas e tem que está vertida e traduzida num documento, que pode não ser feito, mas é um documento que foi discutido de forma aberta, de forma pública, foi votado, e é esse que nos compromete e que a todos nos responsabiliza.

Quanto à questão se este Regulamento repõe a justiça? E se não deveríamos também fazer aqui incluir (foi aqui levantado pelo Dr. António Salavessa). É evidente que esta proposta de Regulamento e que este Regulamento não repõe a justiça total. A justiça é sempre um valor que nós temos que perseguir de forma eterna. Porque a justiça e a equidade absolutas não se atingem com essa facilidade que todos gostaríamos de atingir.

É verdade que como qualquer Regulamento, como qualquer decisão que nós tomamos, não abarca a justiça total. Mas pelo menos na nossa perspetiva, reduz, diminui aquela que é a grande injustiça que se passa neste momento.

E na nossa perspetiva, na minha perspetiva, não me parece justo ou melhor, será mais justo, que os custos por exemplo daquilo que são as eclusas como aqui foi referido, que são custos brutais que os aveirenses pagam, porque neste momento é pago e só por todos nós os aveirenses, parece-nos mais justo que possa haver uma repartição destes custos. Nomeadamente com aqueles que vêm também aqui fruir de este espaço que é a cidade de Aveiro.

Quanto ao facto de Aveiro não ser uma cidade grande. Ela certamente não é a maior cidade da Europa, mas é seguramente das mais belas cidades da Europa — e a beleza vale mais do que a grandeza e por isso também enquadrar-se nesta perspetiva.

Por último só gostaria mais uma vez, até porque recorrentemente a questão é aqui suscitada, essa questão eterna aqui suscitada e dizer que tenho todo o gosto em voltar quando for oportuno se isso considerar a Assembleia por bem, de podermos dedicar aqui um Ponto a falar sobre o problema das Piscinas.

Até para uma vez mais podermos ter a oportunidade de explicar aquilo que se passou e de mostrar quem é que foi despesista e quem é que foi irresponsável e quem é que criou aquela situação grave que criou e que nos obrigou a nós a ter que encontrar uma solução em nome do interesse público e em nome do município.

Terei muito gosto quando for necessário, quando quiserem vir aqui assim, mas agora penso que era interessante em vez de fogachos individuais que aqui são atirados, sem termos hipóteses de resposta, seria bom podermos falar aqui deste assunto com profundidade para todos o conhecermos.

Quanto à pergunta final, para onde caminhamos? Caminhamos por um caminho oposto que foi o vosso caminho.

Como diria o poeta “sabemos que não vamos por aí.” Entendendo por aí, aquele caminho que foi seguido durante oito anos. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Senhor Vereador Pedro Ferreira, era o que faltava, era não haver algo que relacionasse a taxa com algumas despesas! Era o que faltava!

E se é questionável que seja uma taxa, não seja um imposto, e quem quiser brigar por aí que brigue, não é. A Câmara tem que demonstrar (com aspas) que estamos perante uma taxa e não perante um imposto. Como o Senhor Vereador disse os impostos gerais vão para um determinado sítio, não têm nenhuma relação com despesa efetiva. E citou-o muito bem os impostos, do IMI, do IMT. Ora taxa, há um princípio orçamental que o Senhor Vereador conhece, que é o princípio da “não consignação das despesas” que no caso das taxas não se aplica. Tem que haver uma relação entre as despesas e a taxa que é aplicada. Era o que faltava a Câmara não apresentar uma relação para justificar a cobrança da taxa!

Porque se não, é que não tinha mesmo cabimento nenhum este regulamento. Não tem, mas não teria cabimento na minha opinião. Não tive intervenção no início, porque entendi que nesta matéria não adiantava muito intervir à espera da resposta da Câmara, porque a Câmara chegou a esta Assembleia, a esta Sessão de abril, com um pacote de Regulamentos e com a decisão de não os alterar. Portanto, como vinham é como vão! Foi essa e claramente se percebe que assim é.

Eu hoje até me pergunto se valeu a pena a proposta que foi feita no sentido de chamar à Comissão Permanente trabalhar aqueles Regulamentos. Porque da minha perspetiva era com a possibilidade de lhe atribuir e melhorias.

Ora a postura da “maioria” nos trabalhos da Comissão foi tudo menos a postura de viabilizar esse tipo de alterações.

Aliás, há propostas apresentadas pelo PCP em plenário que relevam bom senso, ponderação e critério, e que tiveram todas o mesmo destino — ‘caixote do lixo’ em virtude da votação da maioria.

Portanto está provado que nesta matéria não querem alterar nada, daí que não vale a pena estar a intervir à espera da resposta da Câmara.

Eu digo mais. Por muito que isto vos custe ouvir, eu não tenho memória (há pouco o Senhor Presidente chamava-me Senador, muito obrigado) nestes anos todos em que tenho participado nos trabalhos da Assembleia, não tenho memória de um momento de total

carência de diálogo e total recusa de qualquer proposta no sentido de alterar o que vem da Câmara!? Seja mesmo no tempo do Girão Pereira, seja no tempo do Celso Santos, seja no tempo de Alberto Souto, nunca vi uma atitude como aquela que agora está recorrentemente a acontecer de recusa de qualquer alteração, de qualquer proposta, de qualquer ideia que seja diferente daquilo que os senhores têm.

Por isso eu deixava apenas uma questão que é recorrente. Recorrente no sentido que não foi uma, nem duas, nem três pessoas que o indicaram, muita gente diz o seguinte: que Aveiro não precisa de novas taxas. Aveiro não precisa de aumento de taxas. Aveiro precisa de fiscalização e de fazer cumprir as taxas que estão em vigor. Se isso for feito, o aumento da receita será significativo, não será uma miséria, será significativo.

É preciso investir na aplicação do que está aprovado. Investir no cumprimento das taxas que estão aprovadas. E se (moralizando evidentemente) isso for feito não é necessário este acréscimo. Portanto o desafio que fica é: invistam nessa área. Invistam nessa área que podem ter resultados. O Governo aumentou o IVA e viu acontecer uma redução das receitas fiscais. Não vão pelo caminho dos aumentos de taxas, não vão pelo caminho de taxas novas, se calar vão ter dissabores.

Procurem fazer aplicar as que estão em vigor. E porque o PCP não é uma força política que não faz propostas ou que não tem ideias, a nossa ideia relativamente à questão da taxa turística é que a justiça se faz não a aprovando, não a implementando, indo por outro caminho que não a taxa turística de Aveiro.

Nesse sentido, já estava impresso, não foi agora, apresento na Mesa a proposta correspondente de retirar do Regulamento a proposta da Taxa Turística de Aveiro.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[022](#)

“Não é pedido nenhum de esclarecimento é defesa da honra porque fui citado implicitamente pelo facto de ter pertencido à Comissão. E na realidade o que foi aqui referido pelo representante do PCP, e na realidade eu estive nessa Comissão Permanente em representação do PSD, enquanto maior partido da oposição.

Eu represento o PSD que é o maior Partido desta Assembleia Municipal. O que foi dito aqui é uma falsidade, de que a maioria fez tudo na Comissão para não alterar nada.

Eu só aceito que se tenha dito isto aqui na Assembleia pelo PCP, atendendo a que o PCP tinha um representante na Comissão e que não era este representante que aqui temos hoje na Assembleia Municipal. E que por isso, só por essa razão é que eu aceito que possa ter sido dito desta maneira. E por isso não tenha sido com intenções maldosas e por isso permite-me que possa referir que isso não é verdade, porque fui eu próprio que em nome da Comissão Permanente, junto dos operadores turísticos, pedi para que fossem feitas propostas alternativas àquelas que eram contestadas pelos operadores, atendendo ao objetivo, primeiro da Câmara Municipal de Aveiro que era obter alguma receita através de uma taxa, que se não fosse aplicada nos moldes em que estava, em que nós temos estado a chamar taxa turística, se revestisse de um outro formato.

Os operadores fizeram chegar algumas propostas e recorro que a proposta que nos chega, não pode ser considerada como alternativa porque é exatamente aquela que agora o PCP acaba de entregar na Mesa, que é dizer que seja retirada a taxa turística! Ou seja, que seja retirado o artigo 52.º e seguintes ou seja, isto é uma proposta que não vai ao encontro da política da Câmara Municipal de Aveiro, não vai ao encontro daquilo que é a política que o PSD preconiza para o município de Aveiro, e por isso, perante esta alternativa, como é óbvio, não poderíamos aceitar esta proposta.

Agora como pelo facto de não termos aceite esta proposta de ir agora dizer que realmente a maioria fez tudo na Comissão para não alterar nada parece-me que é uma grande falsidade. E outro aspeto que lamento também que tenha aparecido. É que os próprios partidos que

tinham a possibilidade também de fazer propostas em sede de Comissão, não houve uma única proposta por nenhum partido político, inclusive pelo próprio PCP. E por isso não fazia sentido que nós fizéssemos propostas e alterássemos os Regulamentos quando na realidade não havia nada para alterar. É esta a reposição da verdade que gostaria que ficasse registada. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[023](#)

“Senhores deputados, vem da própria definição do conteúdo e dos trabalhos da Comissão. Portanto, não foi uma Comissão feita e gerida no sentido da produção de alterações, mas apenas no sentido de ouvir os interessados e por aí se ficou. Portanto a natureza e o perfil e a condução dos trabalhos, conduziram a que fosse isso e não outra coisa.

Eu gostaria muito de participar (não é uma justificação) em mais reuniões do que aquelas que participo, mas acontece que há aquelas que são às seis e meia, e do ponto de vista da minha atividade, do meu trabalho, são muito complicadas e é quase impossível participar. E por isso só pontualmente participei. Daí que, para além da partilha que fazemos em grupo daquilo que vamos fazendo, quem está presente e aquilo que faz e discute com os outros, essa participação, não posso responder pela postura de outros camaradas meus que tenham participado nessas reuniões, para além das informações que recebo.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:[024](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O meu ponto tem a ver com o seguinte: já não é a primeira, nem a segunda vez que isto acontece. E pedia a vossa excelência que tomasse as devidas providências para que não se repita. Tem a ver com o seguinte. O Senhor Deputado Manuel António Coimbra não é porta-voz da Comissão Permanente. Faz naturalmente, na perspetiva dele, uma interpretação enviesada daquilo que lá se fala, daquilo que lá acontece. E foi muito transparente na intervenção que fez dizendo: a proposta que nós Comissão Permanente pedimos aos operadores, não é uma proposta, porque não vai ao encontro da política da Câmara de Aveiro.

Ou seja, só são propostas válidas para o PSD as propostas que vão ao encontro da política da Câmara.

As propostas que não vão ao encontro da política da Câmara de Aveiro não são propostas e esta não é de todo a visão da Comissão Permanente. E portanto pedia a vossa excelência que pedisse ao Senhor Deputado Manuel António Coimbra para não mais falar como porta-voz da Comissão Permanente porque não tem essa legitimidade. E nos exemplos que temos têm feito erradamente e tem uma perspetiva enviesada da realidade. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE)[025](#)

Vogal Virginia Matos (BE)[026](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[027](#)

Vogal Nelson Peralta (BE)[028](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[029](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

“Bom, Senhores Deputados, eu ouvi com muita atenção a forma como o Senhor Vereador Pedro Ferreira tratou a questão dos erros, na justificação económica das tabelas de taxas e licenças que foram apresentadas da última vez. Diz, foi um erro de copy-paste e tal, já foi enviado à Assembleia etc.! Mas a questão é muito mais profunda do que isso Senhores Deputados. E é uma questão que nos deve deixar muito desconfortáveis. E deve-nos deixar muito desconfortáveis porque como o Senhores Deputados se recordam, quando eu levantei esta questão não na última Assembleia (numas Assembleias atrás) os Senhores Vereadores

não tiveram capacidade de dar resposta à Assembleia sobre o que é que acontecia. E tiveram que ir falar com os seus técnicos da Câmara para poderem transmitir uma resposta à Assembleia Municipal sobre essa matéria. Aliás, a resposta que veio relativamente a isso foi de uma técnica da Câmara, não do Senhor Vereador.

O que isto revela é que os Senhores Vereadores não leram o suporte económico-financeiro que suporta a proposta que fizeram! E portanto, a pergunta que eu faço é esta Câmara é, os Senhores quando lhes aparece uma proposta de um técnico da Câmara, para uma despesa da Câmara, para uma cobrança da Câmara, para um valor da Câmara, os Senhores assinam de cruz? Assumem que os senhores técnicos da Câmara não cometem erros? Não fazem umas contas para comprovar isso? É a vossa obrigação no zelo dos dinheiros públicos e da coisa pública como é evidente, têm de o fazer. Não podem passar nesta matéria da forma ligeira como o Senhor Vereador fez.

Os Senhores deputados da maioria fazem o mesmo. Acham que os cidadãos de Aveiro ficam descansados depois de ouvirem o que se passou com a questão das taxas urbanísticas? Essa é a primeira questão.

A segunda questão (e eu espero sinceramente estar errado sob pena de me sentir gozado que é uma coisa que eu não aprecio) é de achar que a dignidade deste órgão foi seriamente ferida. Portanto eu sinceramente espero estar errado.

E chamo a atenção para os Senhores Vereadores para o capítulo X da tabela que suporta economicamente o regulamento de taxas e licenças, que é o suporte económico, para justificar o valor proposto pela Câmara.

Pedia a Vossas Excelências que se têm este documento recorressem a essa página, para evitarmos a projeção. Julgo que toda a gente leu essa explicação da Câmara e acho que toda a gente está confortável sobre a forma de adição, subtração e multiplicação que gera o valor proposto pela Câmara. E bem, chegamos a um Ponto 1.3 que diz “emissão da licença por ano e por vínculo, charretes” uma proposta emblemática da Câmara. O valor proposto resulta das somas e multiplicações. Estes valores se somados de cabeça é fácil perceber que isto dá por volta de 70€, certo? A este valor, para chegarmos ao valor proposto, segundo a explicação já da Câmara, vocês acham que $70 \times 1,65$ dá 200€? — que é o valor proposto! Os Senhores estão a gozar connosco? Depois da última proposta, apresentam uma proposta com valores mal calculados? Espero que me digam sinceramente estar enganado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[031](#)

“Senhor Presidente, foram falados nos Deputados da maioria, não zelarem pelos interesses do município! É exatamente defesa da honra. Não foi porque esta intervenção tenha sido feita de um modo efusivo e por isso, também revela que há aqui alguma preocupação por estas coisas, mas também é para centrar aquilo que é importante e aquilo que é acessório.

Vamos lá ver. Já aqui foi explicada na última Assembleia por que razão é que a fórmula estava errada. Houve uma explicação por parte do Senhor Presidente da Câmara porque é que aquela fórmula tinha uma definição que estava errada, porquê? Porque se definia como sendo a fórmula completa quando na realidade a fórmula tinha duas parcelas, em que uma tinha a ver com uma componente que refletia o serviço, que se referia à taxa e depois uma outra que era uma soma que tinha a ver com os incentivos e os desincentivos próprios de uma aplicação, de uma política em relação à taxa que se estava a propor. E isso já foi justificado. E agora na Assembleia, voltar a referir exatamente a mesma coisa e dizer que não houve qualquer preocupação e dizer que é falta de zelo por parte dos membros da Assembleia que aqui estão a suportar a Câmara, só por causa disto? Oh Paulo Jesus, o Paulo Jesus já não se lembra do tempo em que o PS era maioria nesta Assembleia! Não se lembra não. Porque não era uma gralha e nem era uma gralhazinha, eram muitas e muitas gralhas, foram muitos os documentos que foram retirados pela Câmara nesta Assembleia, exatamente por um conjunto de erros que todos nós, qualquer um de nós, detetava. E por isso, fico muito contente

de realmente o PS encontrar só esta gralhazinha, porque esta gralhazinha, apesar de ser uma gralhazinha, nós procurámos logo retificá-la como já foi feito. Muito obrigado.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰³²

“Oh Senhor Deputado Manuel António Coimbra, para minimizar um pouco a ferida na sua honra, é evidente que eu acho que não é tão grave a situação de os deputados municipais da bancada do PSD não detetarem estas coisas, porque são pessoas que têm o seu trabalho, a sua vida, etc., etc., Agora não me convence que não é uma situação grave!? Gente profissional, paga pelo erário público, eleita pelos cidadãos, que propõem coisas destas sem minimamente fazer duas contas de qual é que é a base financeira em que se suporta! E não é o passado que vai justificar qualquer deste tipo de comportamento! Não justifica isso Senhor Deputado. Pronto.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Uma nota sobre a minha primeira intervenção. Eu quando questioneei se as taxas eram do foro legal ou do foro opcional da Câmara — foi o que eu percebi claramente que as taxas eram uma opção política da Câmara, porque uma coisa é a Câmara poder fazer coisas que estão previstas na Lei, outra coisa é a Câmara ser obrigada a fazer coisas que são previstas na Lei. E a pergunta foi só para deixar ou para perceber de forma clara (e para mim não tinha ficado clara) se as taxas são uma opção política da Câmara. São obviamente cabimentadas ou analisadas por legislação.

Relativamente (houve aqui uma abordagem à questão da estratégia), eu de facto também não esperava grande coisa acerca da estratégia, porque por exemplo eu nunca mais ouvi nenhuma referência nesta Assembleia Municipal ao Plano Estratégico! Nunca mais. Ou seja, há aqui uma série de opções que foram tomadas e que são tomadas, nomeadamente esta, porque é uma opção que tem a ver com um conjunto de atividades económicas que se exercem e desenvolveram no município e pelo menos ou no mínimo seria interessante perceber se estas decisões estão ou não em linha e em consonância com aquilo que foi o Plano Estratégico de Aveiro.

E talvez uma introdução feita nesse âmbito nos permitisse claramente perceber qual é de facto a estratégia da Câmara. E mais, porque é que foi elaborado o documento do Plano Estratégico se nunca mais nós ouvimos referência a esse Plano. Porque um Plano é um Plano, é um conjunto de intenções futuras de um conjunto de coisas que se vão fazer mais a nível estratégico.

E portanto seria muito interessante que a Câmara ao ter mandado elaborar um Plano Estratégico continuasse a elucidar-nos a nós e aos aveirenses, se aquele documento é ou não guia de orientação para a atuação da Câmara ao longo do tempo próximo. E portanto eu diria que seria muito interessante não esquecer que estas medidas devem estar ou não ao abrigo daquilo que é uma orientação estratégica.

Mais um ponto. O meu colega de bancada aqui à minha direita, o Salavessa, falou na questão da fiscalização.

A fiscalização é de facto uma questão relevante, não só para as taxas que já existem, mas sobretudo para aquelas que vão ser implementadas. E deixem-me colocar uma questão muito particular. Eu leio aqui algures numa das taxas que há um limite, como o Senhor Vereador Pedro Ferreira referiu, que foi introduzido que diz “três noites consecutivas e trinta dias por ano as dormidas nos hotéis, nos parques de campismo e em alojamento local”. E a minha pergunta é muito clara: quem implementa e quem regula as taxas desta forma, com certeza tem que ter um sistema de fiscalização pensado. E eu gostaria que a Câmara, que o executivo nos explicasse aqui claramente como é que vai fiscalizar este limite de cobrança?

Porque tanto quanto eu entendo (e posso estar enganado), mas tanto quanto eu entendo este será um limite individual “per capita”. O que significa que podem-se colocar aqui questões de algum melindro, de algum melindro! E eu gostaria de saber se isto já está pensado? Se isto não está pensado como é que vão fazer? E mais, estas coisas da fiscalização também têm um custo e vamos lá ver se o custo da fiscalização não é superior à receita que a Câmara vai obter — porque se não mais vale estar quieto! Mais vale estar quieto. Aliás, referi Vila Real de Santo António, Paris, etc., etc., já que fizeram um nicho de marketing tão exaustivo sobre as taxas, com certeza que também já terão feito um nicho de marketing exaustivo acerca da forma como estes municípios implementam a sua fiscalização. E portanto o que eu espero, uma resposta pronta e imediata e clara, é sobre a forma como vão proceder a esta fiscalização da cobrança de taxas. Sobre este assunto terminava.

Uma nota final para as piscinas. O Senhor Presidente tem razão, se calhar deixámos ou ficou um problema por resolver. Ficou um problema, fomos despesistas como disse, etc., E esse problema obrigou a autarquia a encontrar uma solução. Nas suas palavras o que eu depreendo é que o que lá está foi a solução que encontraram para o problema das piscinas!? E também posso depreender que o que lá está é melhor do que estava antes?”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁴

Vogal António Salavessa (PCP)⁰³⁵

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁶

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Fazia dois registos de duas intervenções que ouvi do executivo para dizer duas coisas. Uma que ficou clara que não tem a ver com estratégia, mas tem a ver com sustentação ideológica e modelo financeiro. E que é uma cópia absoluta daquilo que está a acontecer no país. Ou seja, esganar completamente as pessoas, os agentes económicos e ver até onde é que se pode ir, para depois se perceber se as coisas vão ter ou não vantagens. E portanto, dizer que ficou claro que aquilo que vai ser a política da Câmara, está a ser, e vai ser daqui para a frente, é primeiro taxar e depois ver o que é que acontece! Porque ficou claro nas palavras do Senhor Vereador Pedro Ferreira que acha que como isto não é uma taxa que os aveirenses vão pagar (qual populismo) não há problema nenhum porque nem vai haver qualquer tipo de consequências para quem cá está e para quem tem as suas coisas abertas, os seus comércio etc.. Não! Porque se acha que isto não tem relevância, porque não estamos só a falar de um euro. É um euro, não é por estadia, é por dormida. É um euro mais nos moliceiros, mais toda a carga fiscal que nós temos em cima.

Portanto a questão é esta: taxa-se com a perspectiva de que não vai haver um qualquer tipo de consequência do ponto de vista económico.

Queria acabar dizendo ao Senhor Presidente e desafiando-o para o seguinte: para nós discutir, há muitos temas que nós queremos discutir e as piscinas é um desses temas. Mas hoje as coisas inverteram-se, foi o Senhor Presidente a dizer que gostava de discutir o dossier, aquele dossier “esquisito” das piscinas.

E aquilo que é o desafio que o PS faz hoje e ficará a aguardar para ver, é se quer mesmo discutir esse tema que agende para a próxima Assembleia Municipal o tema das piscinas de fio a pavio. Desde o dia que ela foi comprada, edificada, as obras, os negócios, a quem vendeu, a quem comprou, as relações, os cheques, os bolsos, tudo.

E portanto o desafio é que o PS na próxima Assembleia terá oportunidade de fazer o seu gosto, que será discutir com calma, com toda a serenidade, e com tempo, todas as questões que estão envolvidas.

Portanto esperamos ansiosamente para que a ordem de trabalhos de setembro, tenha um Ponto agendado sobre Piscinas.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰³⁹

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Boa noite. Eu antes de mais gostaria de dizer que este Regulamento tem muitas taxas e eu não meto todas no mesmo saco. Concretamente às taxas que se referem de índole turística, temos duas situações, temos a taxa que recai sobre os operadores marítimo turísticos e temos a taxa que recai sobre os estabelecimentos hoteleiros e outros empreendimentos turísticos.

E se por um lado no que se refere à taxa que se aplica sobre os operadores marítimo ou turísticos, que às vezes nesta discussão também se confunde um bocadinho, fala-se de operadores sejam eles hoteleiros ou marítimo turísticos e são duas coisas completamente distintas, e vendem duas coisas completamente distintas.

No que se refere à taxa sobre os operadores marítimo ou turísticos, eu não a vejo com maus olhos pelo seguinte: é caso inédito no país, julgo eu, que uma Câmara Municipal disponha de soberania sobre um espelho de água. E portanto, obviamente todos sabemos que isso tem encargos elevados. Também se preveem que não hajam os apoios nacionais e comunitários que têm havido até agora e isso vai ter uma fatura cara para a Câmara. E portanto, se as pessoas que usufruem puderem participar dessa mesma conservação, como estava regulamentado no Regulamento que nós aqui há dias aprovámos parece-me bem, não me parece mal. Embora possa ser discutido o preço, mas isso já são outras questões.

Já com relação à questão da taxa sobre os empreendimentos turísticos, eu não a vejo com os mesmos olhos, como os meus colegas de bancada já sabem. Pronto, primeiro lugar também queria fazer uma referência aqui no artigo 53.º, fala-se que consideram-se turistas todos os visitantes que pernoitem pelo menos uma noite em alojamento coletivo ou privado no concelho de Aveiro. Embora eles, na alínea seguinte, estejam discriminados e só tenham efetivamente o alojamento, o local no domínio do alojamento não turístico. Isto deveria ser corrigido, se não qualquer dia a minha mãe vai passar uns dias a minha casa, e também tenho que ir comprar uma senha à Câmara para ela dormir lá em casa na sequência lógica deste Regulamento. Na política que é feita de alojamento, não seria de todo descabido, porque a minha mãe vem dormir a Aveiro, também é um visitante, e portanto isto coloca-nos outro tipo de questões. Portanto essa era uma das situações.

Depois porque eu entendo que aquelas entidades todas que se pronunciaram relativamente à taxa turística e que não o fizeram favoravelmente e puseram as suas dúvidas, nem todas são representantes de interesses corporativos. Ou seja, de interesses económicos privados. Algumas são inclusive representantes de interesses da autarquia e do turismo — do acréscimo do turismo da autarquia. Portanto essa era uma questão que eu julgo que é importante também.

Uma terceira questão tem a ver com algumas coisas que o Senhor Presidente da Câmara falou. Realmente este Regulamento compromete e responsabiliza. Eu não me agrada muito o argumento quando se fala que esta é uma taxa que não é paga pelos aveirenses. É paga pelas pessoas de fora e portanto também tem que ser chamadas a contribuir.

Eu recordo-me disto, era quando ouvíamos, quando se sentia, não ouvíamos mas sentíamos aquele governo socialista do Eng.º Sócrates em que éramos todos contra os professores, todos contra os advogados, todos contra os juízes, todos contra os farmacêuticos e partiam-se as pessoas, partiam-se os interesses!?. Portanto eu preferia ver as coisas noutra ótica. Obviamente que continuo a reafirmar que este Regulamento não é só sobre a taxa turística, é um conjunto de taxas e portanto terá que ser apreciado nessa natureza.

Finalmente, para terminar, gostava de agradecer os esforços que o líder da nossa bancada parlamentar o Manuel António fez, e que nos foi transmitido, em sede de Comissão Permanente. Porque de facto foi detetadas encontrar alternativas que fossem de outra forma. Porque Vila Real de Santo António de facto estará prevista para setembro uma aprovação de

uma taxa turística, mas o processo não foi iniciado antes do nosso. Foi iniciado posteriormente ao nosso.

Portanto essa questão, a questão da taxa de Vila Real de Santo António, é reforçada pelo nosso início de liderar neste processo, em termos nacionais. Pronto, e eu aí tenho que dizer que, obviamente as pessoas não partilharão da minha opinião obviamente, mas eu tenho mesmo que ressaltar essa questão que eu julgo que nós daí deveríamos estar mais inseridos numa estratégia diferente que não fosse esta. Sob pena de não é matar a “galinha dos ovos de ouro”. Porque ela não é galinha mas franguinha, que mais tarde se poderá tornar uma galinha. Mas eu acho que este efeito é mau! Não é uma pessoa vir cá e dizer assim: “ah, eu não vou deixar de ir a Aveiro porque paguei um euro de taxa”. O que acontece é que as pessoas vão embora e vão dizer: – “hei pá, Aveiro é muito bonito, mas se eu volto lá, eu pago taxa para andar de moliceiro, eu pago taxa no hotel, eu pago taxa de estacionamento, eu só não paguei para respirar”. Boa noite.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴¹

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁴²

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴³

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁴⁵

“Só duas ou três notas. Salavessa, em relação à questão do IMI e das taxas. A questão tem a ver com, nós termos um conjunto de impostos que, se não tivermos algo que compense determinados custos, temos que ir buscar aos impostos e portanto foi só isso que eu referi e acho que fui claro.

Paulo Jesus quanto aos cálculos. Foi enviado um mail prévio à carta que foi enviada por mim, com a justificação da funcionária e foi feito um mail anterior, onde explicou que havia a questão da fórmula, que havia um erro, mas também que as taxas continham não só as fórmulas, mas médias, mediamente nalgumas taxas e esse poderá ser um caso, não estou a ver em concreto, não tenho aqui à minha frente e também taxas compostas, onde eram calculadas através também de médias e portanto daí se calhar algumas diferenças.

Francisco Picado, em relação ao Plano Estratégico. De facto, na área do turismo nós temos muitos vetores onde queremos investir, nomeadamente no turismo, que é a área mais de lazer, mais de descontração, que aliás temos alguns projetos a avançar nessa área, obviamente que não fazemos “omeletas sem ovos”, isso é muito claro.

Só uma nota que foi colocada pelo Deputado Salavessa ao Deputado Marques Pereira, que tinha a ver porque é que Lisboa não avançou?

Lisboa avançou com uma outra taxa, que foi uma taxa que foi tornada possível com a cedência da área marítima do Porto Lisboa, para poder cobrar uma taxa aos visitantes que chegam nos cruzeiros. E portanto houve de facto uma taxa turística aplicada não às dormidas, mas para quem chega. Muito obrigado.”

Vice-Presidente Carlos Santos:⁰⁴⁶

“Concordo com o que foi aqui referido de que os aveirenses não necessitam de agravamentos de taxas necessitam é de mais fiscalização, que haja mais fiscalização. Concordo em absoluto com essa ideia. Conforme disse, não há agravamentos de taxas, há a criação de novas taxas, foram criadas novas valências e por isso há novas taxas.

Nós ficamos com determinadas competências que não tínhamos e por isso é que há novas taxas. E também dar outra nota que é a comparação com Vila Real de Santo António. Eu não fiz comparação nenhuma! Aliás eu nuca fui a Vila Real de Santo António, nem conheço Vila Real de Santo António. Nunca lá fui.

Mas também deixar essa ideia. Eles vieram atrás de nós e copiaram-nos mal não é? Porque eles dizem o seguinte: a Câmara de Vila Real de Santo António propôs a criação de uma taxa turística a cobrar nos hotéis do concelho por cada dormida, para fazer frente ao défice de três milhões de euros anuais do complexo desportivo. Estão a copiar-nos mal! Estão a copiar-nos mal.

O valor que o Senhor Presidente lá diz é “ser muito pouco simbólico e o destino não perderá competitividade”, diz o Senhor Presidente de lá não é? Portanto eram só estas duas notas que eu gostaria de dar.”

Presidente da Câmara⁰⁴⁷

“Duas notas em complemento da primeira, tem a ver com este título forte e muito bem do Gonçalo da Fonseca arranjou “estamos a esganar completamente as pessoas”. Isto sai bem em termos de imagem, “esganar”. Pronto este é o título que sai bem, é forte.

Tentando reafirmar ou esclarecer que todas as taxas a serem pagas exclusivamente pelos aveirenses mantêm-se exatamente com os valores que tinham, é assim Eng.º Carlos Santos? Portanto, não aproveitámos a elaboração deste Regulamento para acrescentar ou aumentar essas taxas, mantêm-se exatamente os mesmos valores que se mantinham. Não me parece que aqui estejamos a “esganar” os aveirenses.

Naquelas taxas que surgem novas elas são direcionadas para os turistas e para quem nos vem visita.

Aquilo que se pretende aqui é redistribuir também os custos que nós temos todos que suportar aqui em Aveiro, e tentar envolver mais pessoas a contribuírem para esses custos.

Segunda e última nota e retomando um pouco aqui o nosso Deputado João Calos Valente há pouco referia, na penúltima Assembleia, fomos aqui acusados pelo Dr. Gonçalo Fonseca de total insensibilidade social, todos se recordam disto. Com as taxas elevadas que o município tem, que pratica, com as decisões políticas que nós vamos tendo, revelamos, demonstramos, evidenciamos total insensibilidade social. Isto foi na última Assembleia.

Na última Assembleia quando aqui fomos informados ou demos a informação de que o custo que levamos da taxa em termos administrativos aos aveirenses é inferior ao custo real que isso nos custa, que o serviço que prestamos nos custa (e foi dada aqui essa informação) de que tirando aqueles três casos que aqui foram referidos, em tudo que fossem atos administrativos os custos suportados por cada aveirense quando vem ao município são inferiores ao custo real que isso custa para o município, nessa altura fomos acusados aqui de incompetência, fomos acusados de falta de coragem, porque não estávamos a fazer repercutir no cidadão os custos reais desse trabalho que custa para o município, e estávamos aqui assim a ter aquilo que poderemos considerar um excesso de sensibilidade. Isto na Assembleia seguinte.

Na outra Assembleia, na Assembleia de hoje, e três Assembleias retomou-se aquilo que tinha sido na primeira Assembleia, que contrariava o que foi na segunda e que agora à terceira contraria o que foi dito nessa. Portanto para dizer isto: - a Câmara com estas taxas revela sensibilidade para com os aveirenses e procura fazer intervir neste processo o maior número de cidadãos. É esse o objetivo. O objetivo é prestar o melhor serviço possível com o menor custo possível sem que isto nos acarrete problemas para o futuro. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁴⁸

Presidente da Mesa⁰⁴⁹

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos,⁰⁵¹ nos termos regimentais, a pedido do grupo municipal do Partido Socialista solicitando reunião da Comissão Permanente.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu conhecimento da proposta de alteração apresentada pelo grupo municipal do Partido Comunista, dando início ao momento de votação

Proposta de Alteração⁰⁵² – (PCP)

«Proposta de alteração – capítulo II, secção II. – Que seja eliminada toda a secção II (Taxa Turística de Aveiro) do capítulo II (disposições específicas).»

Colocada à votação foi a mesma rejeitada, ⁰⁵³com vinte um votos contra (PSD15+CDS5+IND1), dez abstenções (PSD2+PS8), e três votos a favor (PCP1+BE2).

Continuando, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 6 – Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁵⁴ com vinte e um votos a favor (PSD15+CDS5+IND1), duas abstenções (PSD2), e onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁵⁶

“O Partido Socialista na sua declaração de voto entende que a Câmara Municipal não conseguiu provar nesta Assembleia que as taxas propostas neste Regulamento tinham sustentabilidade no estudo económico-financeiro. Nesse sentido, em consciência, temos de votar contra este Regulamento. Disse.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁵⁷

“O PSD na sua maioria vota a favor deste Regulamento, por em consciência, o considerar justo e em consciência considero que é correto perante a necessidade de comparticipação dos visitantes que usufruem turisticamente da nossa linda cidade.”

(procedente alteração ordem-do-dia aprovada em reunião de 16/05/2012 por unanimidade)

PONTO 8. – REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE AVEIRO.⁰⁵⁸

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 30/04/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o Pelouro a apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Maria da Luz⁰⁵⁹

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶¹

“Senhora Vereadora, desculpe que lhe diga mas acho que “abertura” é posição que não existe nesta Câmara. A Câmara já tem uma decisão tomada. Por que razão, não sei! E é em função dessa posição que a discussão é travada. E pouco há a alterar. E porque a Senhora Vereadora falou em conflitos, é evidente que os conflitos existem. Mas a decisão é totalmente para o lado do conflito e não para o lado das populações, é pelo lado económico e não para o lado das populações. Portanto, optando ao conflito, a Câmara preferiu ignorar as populações. Fala em combater a desertificação! Mas a desertificação é algo que se irá agravar à medida que esta situação de intranquilidade e de falta de descanso (vamos pôr a tônica principal na falta de descanso), na falta do direito ao repouso das pessoas. À medida que esse direito for sendo agredido mais deserta ficará a zona em que os bares estão implantados e é uma zona que tem tendência a expandir-se.

Portanto não interessa as reuniões, não interessa os abaixo assinados, interessa acima de tudo avançar com uma posição. Nós temos no PCP uma posição que resultou de discussão. É evidente que nesta matéria não foi fácil chegarmos a uma posição de consenso, mas quando chegámos foi tendo em conta os interesses da população.

Por isso nós temos uma proposta de alteração que não sendo igual à anterior, é apesar disso, apesar de tudo, uma posição que salvaguarda. Porque dizia alguém durante a discussão daquilo que se tem passado, é que o Regulamento que estava chegava perfeitamente para as pretensões para as necessidades dos intervenientes — estou a falar dos bares fundamentalmente. Porque a situação de exceção que está prevista no Regulamento atual funcionou durante oito dos doze meses do ano. Portanto aquilo que foi dominante foi a exceção não foi a regra — e quem sofre no seu descanso.

Eu, permita se calhar, outros dos Senhores Deputados irão dizer que também moram na zona e que não sofrem nada, mas eu digo sinceramente que é perturbante o ruído de passagem de quem vem da zona dos bares.

Não é só na praça do peixe, nem nas ruas limítrofes. É em todas as zonas de acesso. Ser acordado às três, quatro da manhã com berrarias, com gritos. E podem-me dizer que o problema não é do horário de fechar, que o problema é da segurança, é problema de policiamento — mas tudo começa na hora que é permitido que isto aconteça. O pior é as horas a que as pessoas saem dos bares.

Portanto nós vamos apresentar uma proposta de alteração que vai no sentido de que aquilo que está, os bares, os pubs, e os estabelecimentos dessa hora, podem estar abertos entre as 10 e as 2 da manhã, podendo estar abertos entre as 10 e as 3 horas todos os dias do verão (e aqui o verão é o verão, não é de 1 de junho a 30 de setembro, é o verão, com as variáveis datas que o verão às vezes tem de um dia ou dois). Podendo estar abertos entre as 10 e as 3 horas todos os dias do verão, bem como sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, ponto final.

Com a ideia que o Regulamento tem presente a possibilidade de serem requeridas em situações excecionais, também aberturas excecionais. Quem acha que no Enterro do Ano ou que nas Festas da Cidade que poderá estar aberto, que requeira à Câmara o alargamento do horário e a Câmara tendo em conta a experiência decida favorável ou contrariamente à pretensão.

Portanto é uma proposta digamos assim conservadora, mas que não inibe a iniciativa e o trabalho dos operadores, mas tem como primeiro critério a questão dos interesses da população e o direito ao descanso por parte de quem ali mora.

A segunda proposta de alteração que temos a este Regulamento é em algo que tem sido muito pouco falado, muito pouco falado, mas que nós vamos colocar aqui também como uma questão de princípio, uma questão central.

Há vários meses atrás se não há um ano ou talvez mais, o Governo enviou para as Câmaras, passou para as Câmaras a responsabilidade de decidir o encerramento ou não encerramento das grandes superfícies comerciais ao domingo. E a Câmara aparentemente nunca quis tomar a decisão de forma isolada, não quis tomar.

Aparece agora aqui no meio deste Regulamento a decisão — a decisão está aí agora! Portanto se for aprovado o Regulamento como está, esta Câmara acha que as grandes superfícies comerciais não devem encerrar, podem estar sempre abertas, não devem encerrar ao domingo. Contrariamente às opiniões que foram expressa por sindicatos, Associação Comercial, etc., etc., etc. Ora, nós entendemos que aparentemente por razões de comodidade isso pode dar muito jeito ou parecer que é muito interessante estarem sempre abertas, mas a prática que existe de outros países em que as grandes superfícies fecham ao domingo, é que as pessoas não deixam de fazer as suas compras pelo facto das grandes superfícies fecharem ao domingo.

Portanto a nossa segunda proposta é em relação ao artigo 15.º das grandes superfícies comerciais, que seja dada uma nova redação. “podem funcionar entre as 9 e as 23 de segunda-feira a sábado cada semana e as grandes superfícies (ponto n.º2) encerram ao domingo.

Isto no essencial são as nossas posições plasmadas em duas propostas de alteração.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁶²

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁶³

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁴

“Muito obrigado. Senhora Vereadora, como já aqui foi dito antes, nem uma única palavra para a abertura dos hipers. Portanto era uma aprovação que a Senhora Vereadora esperava que nem sequer fosse discutida, nem sequer fosse apresentada.

Felizmente há nesta Assembleia quem se preocupe como comércio tradicional, com a comunidade aveirense e com os trabalhadores, quer de um lado, quer de outro, e isso já também o orador que me antecedeu pretende pegar nessa questão.

No Regulamento anterior a Câmara não tinha a competência para fixar o horário dos centros comerciais e das grandes superfícies, vulgo dos hipers. E como tal, o Regulamento dizia explicitamente que não se aplicava a estas duas realidades.

Entretanto o Decreto-lei 111/2010, de 15 de outubro que é citado neste próprio Regulamento, deu à Câmara Municipal essa competência. A Câmara Municipal sempre se recusou fazer qualquer sugestão ou alterar o Regulamento com as suas novas competências, portanto por omissão da Câmara Municipal o horário dos hipermercados foi o máximo por omissão e por não decisão.

Estamos agora numa nova fase. A Câmara Municipal entrega uma proposta que não a divulga, não a justifica, e não a mete a discussão. Em que permite que os centros comerciais e acima de tudo os hipermercados estejam abertos ao domingo. Para o BE esta proposta é uma completa desregulação do horário de trabalho, de quem trabalha nos hipers, é um ataque ao direito desses trabalhadores e é um ataque ao próprio emprego e ao próprio comércio tradicional, porque vão ser perdidos postos de trabalho no comércio tradicional e o comércio tradicional que já está em tão mau estado, a que se soma o mau estado da austeridade do país, veio sofrer mais com esta decisão da Câmara Municipal de Aveiro. E não podemos dizer que o tradicional também tem a opção de abrir ao domingo, porque sabemos que é uma questão completamente diferente, que não faz por tradição mas porque tem uma natureza completamente diferente. E é por isso que o BE apresenta uma proposta, que pelo que vi tem uma população diferente da do PCP, eu prefiro esta formulação, o PCP certamente preferia a outra, mas julgo quer podemos conversar e chegar a uma única proposta, porque basicamente o que a proposta implica é a proibição de abertura dos

hipermercados ao domingo. E espero que esta proposta tenha o acolhimento da maioria, dos deputados municipais desta Câmara. Espero que a maioria dos Deputados municipais desta Câmara se coloquem ao lado da defesa do emprego, que tantas vezes é aqui falado e da defesa da economia local e na defesa dos direitos dos trabalhadores dos hipermercados.

Em relação à outra questão, eu julgo que o deputado Manuel Prior fez o melhor serviço a esta Assembleia que podia haver, perguntou ao deputado do PCP, se o PCP tinha algum estudo sobre o barulho? Essa pergunta não deve ser colocada nem ao PCP, nem ao BE, como queira, deve ser colocada à Câmara Municipal de Aveiro.

Portanto aquilo que eu pergunto à Câmara Municipal de Aveiro, pegando na importante deixa do Manuel Prior é: foram estudados os impactos quer da última alteração de horário dos bares ou da alteração que para a frente virá? E mais, eu devo dizer que por princípio considero que a melhor forma de defender as populações do ruído (e que posso estar enganado certamente, é preciso um estudo para o saber) de proteger as populações contra o ruído é o horário de abertura longo dos bares — porque implica que as pessoas estão mais tempo dentro do bar e não fora. Implica que vão saindo a conta gotas e não saem todos ao mesmo tempo e implica que não ficam na rua ao invés de ficar no bar.

Mas posta esta minha posição, devo dizer-lhe Senhora Vereadora: é que nem a mim me conseguiu convencer. Nem a mim me conseguiu convencer! É que o único argumento que a Senhora Vereadora tem para justificar o alargamento do horário dos bares pelo qual eu supostamente estaria tentado a concordar ou houvesse um estudo para isso, são questões logísticas, questões de mercearia, é a facilidade dos editais e da comunicação à população. Bem, isto mostra uma completa falta de estratégia nesta área da Câmara Municipal — e se fosse só esta área não estaríamos tão mal. É uma completa falta de conhecimento do impacto. Pior, não querem conhecer o impacto. Consideram que isso não deve ter nenhum valor na decisão.

Pronto Senhora Vereadora, julgo que tem que responder, porque é que os hipers vão estar abertos ao domingo e julgo que tem que responder, afinal porque é que vai alterar o horário dos bares, que está disposta a resolver esta questão, que vai haver algum estudo para avaliar da última alteração dos horários para esta alteração?

E porque é que quando fala de abertura dos bares, só fala de editais, não fala de política e horário dos transportes públicos? Não fala do urbanismo da zona, não fala de políticas de segurança da zona? É muito curta a sua argumentação. Julgo que esta Assembleia e os aveirenses merecem mais explicações, para que nós possamos votar em consciência.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[065](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Começava por dizer que é prática falar-se de Justiça Social, quando esta é vandalizada, constantemente, por aqueles que têm o dever de apoiar os desprotegidos - e neste caso (falando do horários dos bares) os residentes da zona da Praça do Peixe estão desprotegidos. Há realmente interesses diversos, mas a salvaguarda das condições de vida das pessoas devia estar em primeiro lugar.

É competência, é obrigação dos eleitos locais, pugnar e defender a qualidade de vida dos seus residentes. E nós freguesia da Vera-Cruz não nos movem outra razão.

A Câmara apresenta-nos um regulamento de horário que, à partida, não agrada a ninguém. Ouvimos gerentes de bares e residentes. Estamos à vontade para saber o que seria razoável — uniformizar um horário até às 03h00, salvo casos excecionais.

Estamos certos que satisfazia a maioria. Mas não temos dúvidas que o regulamento que está aqui para ser aprovado foi, pensamos, que numa atitude errada. A Câmara diz que gosta de ouvir as pessoas!?! Pôs o regulamento em discussão pública. Será que a participação das pessoas adianta alguma coisa?

Uma coisa é o que se diz, a realidade é o que se faz. Ainda agora se afirmou que, em democracia, as leis se fazem com todos. Existe um abaixo-assinado contra a alteração dos horários com cento e quatro assinaturas, mais onze intervenções no período dedicado ao público nas reuniões de Câmara. A favor desta alteração existem dezanove assinaturas dos bares que hoje podem traduzir-se em muito menos.

Foi apresentada uma proposta de alteração ao regulamento por pessoas da zona. O sr. Presidente da Câmara esteve na Praça do Peixe há bem pouco tempo, parece-me que não gostou do que viu e, acima de tudo, dos abusos que lá se passam.

Seguidamente, reuniu com um casal de residentes e fez-lhe promessas até de implementar medidas acústicas de controlo ao ruído — foi o que me informaram, não posso afirmar que seja verdade. Se assim é, como o vai fazer e quando?

A Praça do Peixe é uma zona residencial com bares e não o contrário. Nesta certeza, temos que dar garantias de segurança às pessoas e bens, para poderem usufruir de uma melhoria na qualidade de vida.

Como os senhores sabem, neste momento, ninguém pode garantir segurança. Os abusos são constantes e não se lhes põe mão. Em nosso entender este regulamento vai criar mais instabilidade visto que não há controle sobre as regras.

Já temos exemplos anteriores sobre o alargamento de horários. No ano passado tivemos oito meses com horário de verão!? As pessoas devem estar em primeiro lugar (julgo que é a vossa sensibilidade também), devem estar acima, devem ser respeitadas.

Não é Aveiro uma “Cidade Amiga das Pessoas, Crianças, Jovens e Seniores”? Então temos que o demonstrar na prática. Temos que ser sensíveis. Temos que ter sentimentos.

Aveiro ainda não é um destino turístico. Outras cidades, sendo consideradas até o melhor destino da Europa, baixaram o horário e obrigaram os bares a colocar medidas acústicas que, na hora ou quando o barulho ultrapassa os decibéis exigidos, corta o som. Aqui, se calhar, as boas intenções do Presidente não passam de promessas.

Cada um faz o que quer e abusa como quer. Até temos lá um bar com um sistema de som como a Estação da Luz, e que trabalha até às cinco da manhã, mesmo depois de avisado, tem o bar na Praça do Peixe e houve-se o barulho na Igreja da Vera Cruz!? Isto é público. Isto é um abuso porque não há fiscalização. Portanto digam lá que garantias temos de fiscalização? As regras são tão respeitadas que há bares com licença só bebidas (há uns que tem licença para chá mas vendem bebidas) mas só com licença de bar e estão a assar sardinhas e outros alimentos nos passeios. Fiscalização não há, nem vamos ter. Não há regras.

A Câmara tem todo o direito de aprovar este regulamento. É um direito que lhe assiste. Mas também não lhe ficava mal, e para bem das pessoas, que reconsiderasse e tomasse uma atitude reparadora. E espero que não nos responda que daqui a seis meses, pode ser alterado. Termina com uma frase. As pessoas em primeiro lugar. Obrigado”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[066](#)

“Muito boa noite, obrigado Senhor Presidente, caros colegas. Eu compreendo quando se está no executivo, num executivo, temos que tomar realmente atitudes e decisões e nem sempre isso é fácil. Eu desejaria que este Regulamento não viesse a esta Assembleia, desejaria que se mantivesse como tem vindo a estar nos últimos tempos. Parece-me que tudo estava a navegar em Aveiro em águas calmas e isto veio agitar realmente um problema, que a mim como Presidente de Junta, não posso deixar de ouvir realmente as pessoas e também como comerciante naturalmente, também diretamente me diz alguma coisa.

Não tenho uma percentagem tão grande de bares como tem o meu colega e amigo João Barbosa, em relação à Vera Cruz é uma minoria, e refiro-me apenas à zona do Alboi.

É uma população envelhecida como eu, pessoas que comigo falam muitas vezes, pessoas que a mim se dirigem, pessoas que apelam para que eu possa fazer alguma coisa no sentido de eles poderem realmente descansar, porque é uma população envelhecida e conseqüentemente com doenças também — e isso tudo se reflete na falta realmente de descanso.

Não estou solidário com esta proposta de alargar os horários para as 4 horas da manhã. Admito que se dê alguma abertura, que no mínimo aos fins de semana, sexta e sábado, que se mantivessem até às 4 horas e não mais do que isso. Os restantes dias às 3 horas como tem vindo a estar era mais que suficiente.

Reconheço que os bares precisam de faturar, têm os seus postos de trabalho e ao alargarem para mais tarde o encerramento evitam muitas vezes que os seus clientes vão para outras zonas, para a periferia, até eventualmente para fora do concelho.

Portanto se por um lado eu desejo que eles faturem, que possam ter realmente uma vida estável e que possam manter os seus postos de trabalho aos seus funcionários, por outro lado realmente a população que a mim se dirige e que eu tenho obrigação de defender, também me deixa realmente assim na dúvida se esta é realmente a melhor proposta.

E como estou dividido, e como estou devido, não vou votar a favor desta proposta, fico-me pela abstenção. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[067](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhora Câmara, Senhores Deputados. Pensei maduramente neste Regulamento que já deveria ter vindo aqui há mais tempo, creio eu, mas dado o prolongamento desta Sessão da Assembleia Municipal só agora depois do meio de julho estamos a fazer a nossa apreciação.

E é uma apreciação e uma crítica que espero que a tomem como uma crítica construtiva, porque é para isso que nós aqui estamos.

De facto este Regulamento do meu ponto de vista enferma de vários vícios e não tem em consideração as pessoas. Eu bem sei que decidir é difícil, porque acaba por ser uma situação em que apesar de acompanhados estamos sozinhos, para poder só pesar todas as circunstâncias, todos os interesses em conflito.

E é por isso que a mim, como cidadã aveirense, nascida na Avenida já agora, para que não haja qualquer dúvida da minha proveniência, pensei que realmente devia dizer aqui alguma coisa e vou passar a explicar o meu ponto de vista.

De facto a Senhora Vereadora não conseguiu justificar as razões que levaram ao alargamento do horário dos bares. Tendo embora a maior consideração pelo comércio e pelo desenvolvimento dessa atividade, creio que são atividades específicas, e que se tem que ter em consideração (especial consideração) por aquilo tudo que está à sua volta.

Mais uma vez ouvimos falar que também é para os que nos visitam!?! É. É, para quem nos visita, mas também é para as pessoas que cá estão. E também é para os residentes daquela zona.

Nós estamos a falar de uma zona desertificada. E nós todos que já hoje falámos em Paris e falámos em Bruxelas e até podemos falar em Amesterdão e outras coisas assim, todos nós sabemos que aquela zona dos bares e das diversões noturnas, essas sim, estão praticamente desocupadas de residentes.

E também sabemos que só podem trabalhar a partir de certa hora — e já foi aqui até falado inclusivamente num horário contínuo! Também não sei, nem me interessa e também não tenho nenhum estudo desde já adiantado, não tenho nenhum estudo, para saber quais são as pessoas que poderiam estar em condições de frequentar em contínuo os ditos bares.

E é muito interessante. Eu sou realmente fã da Praça do Peixe, moro na Beira-mar, mas também tenho que pensar que apesar de achar muito interessante e de se fazerem eventos muito interessantes, aquilo não pode continuar daquela maneira (do meu ponto de vista).

E muito estranho, que das pessoas que foram ouvidas ou das entidades, a Polícia diz que nada tem a opor. Porquê? Não percebemos.

A Guarda Nacional Republicana idem aspas. Só posso explicar isto pelo facto de poucas vezes as Polícias aparecerem. Porque se realmente se fizesse uma fiscalização, se calhar aquilo tudo decorria de outra forma. Será que ninguém ainda viu nas ruas adjacentes, nalguns sítios mais esconsos, jovens a drogarem-se? Jovens apoiados por outros completamente embriagados? Têm direito? Tem. Mas nós não temos direito também de supervisionar todas essas situações?

O ser humano e o homem é absolutamente livre para decidir o que quer fazer. Mas estamos a falar de jovens! É ver os jovens, cada vez mais jovens, vão para a Praça do Peixe, qual é a fiscalização? O álcool que bebem? E aliás quero desde já aqui dizer que não sou uma pessoa propriamente de estar completamente conservadora para não perceber que as pessoas podem fazer essas coisas.

E agora pergunto eu: alguém se lembra que as pessoas que moram na Beira-mar têm que trabalhar no dia seguinte? E os horários de trabalho? E a fiscalização do ruído? A própria Senhora Vereadora disse que realmente era muito frágil a fiscalização. Então se têm essa noção porque é que não fazem alguma coisa para que ela se torne mais efetiva?

E mais, aquilo que eu vou dizer é do conhecimento de toda a gente. A quantidade de pequenos furtos, ofensas à integridade física, algumas muito violentas, vem tudo do mesmo sítio, de falta de fiscalização. E não é porque não seja interessante ter um sítio para diversão! Agora nós estamos a fazer um sítio para diversão dos que nos visitam e não pensamos nas pessoas que ali vivem?

As pessoas que ali vivem têm que sair porque aquilo se tornou um lugar não apetecível? Creio que não. Senhor Presidente da Câmara, eu sei que não devo dirigir-me diretamente mas é o decisor, terá que ser.

As pessoas como diz aqui o Barbosa estão em primeiro lugar e vossa excelência é humanista e sei que o é. As pessoas que moram na Beira-mar, as pessoas que moram na praça do peixe, estão permanentemente a serem incomodadas por esta atividade noturna, sextas, sábados, domingos, até (não avanço mais) mesmo quinta-feira até às duas da manhã. Em casos esporádicos um pouco mais, até às quatro da manhã. Acho demasiado, acho que não têm atenção àquilo que se passa ou então, os senhores são pessoas do mundo, andam pela cidade, que eu sei que andam pela cidade, têm a noção de que aquele sítio precisa de uma grande fiscalização, precisa de alteração do que se lá passa — e lá temos as nossas esplanadas outra vez. Porque não é quando os bares fecham às duas ou às três da manhã. É o que se segue. As pessoas que ficam na rua, a arrumar as cadeiras, o barulho continua!

Se as pessoas estão em primeiro lugar, eu apelo ao Senhor Presidente da Câmara, para que estes horários que tem muito interesse para os Senhores que estão a explorar os ditos e que temos que respeitar os seus interesses, mas conciliemos os interesses deixando que as pessoas lá estejam, mas com um horário que seja razoável e que também tenham em atenção o direito que cada um tem ao seu descanso. Não está na Constituição mas faz parte dos Direitos do Homem. Portanto as pessoas em primeiro lugar e o seu direito ao descanso que seja respeitado. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁶⁸

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁶⁹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁷⁰

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁷¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁷²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁷³

(Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Vieira dos Santos)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷⁵

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁷⁶

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷⁷

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁷⁸

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷⁹

Vogal Virginia Matos (BE)⁰⁸⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸¹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁸²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸³

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Tentarei ser breve e tentarei dizer algumas pequenas coisas que ainda não foram ditas ou pelo menos desta forma. Por um lado colocar à Câmara esta questão, que não é uma questão de resposta imediata obviamente e é uma questão de trabalho contínuo, que tem a ver com o identificar de espaços alternativos para aquilo que nós estamos hoje a falar. Esta questão coloca-se por exemplo e já se coloca há muitos anos, nomeadamente como uma questão concreta que é o evento “semana do enterro”, para a qual todos nós sem exceção, todos nós, isto não é uma responsabilidade de ninguém em concreto, porque não se faz Planeamento e Urbanismo e obras desta natureza de um dia para o outro, todos nós temos essa responsabilidade e acho que nenhum de nós está satisfeito com a solução que até agora está encontrada, acho que esta não é uma boa solução, nomeadamente obrigar as pessoas, os estudantes a andarem quilómetros e pelos sítios por onde têm de andar, mas na realidade nós ainda não conseguimos inventar e encontrar e ser criativos em encontrar outra solução.

E coloca-se a mesma questão relativamente aos espaços de diversão noturna. Isto entronca uma segunda questão, que tem a ver com esta perspetiva relativamente aos horários largos e tendencialmente também vou ouvindo e vou lendo que os horários largos diminuem algum dos problemas que é criado pelos aglomerados, só que nós em Aveiro temos um problema acrescido é que a tipologia dos nossos espaços, já por si só empurra as pessoas para a rua, porque a Praça do Peixe é uma praça de sítios, estabelecimentos, muito pequenos. Portanto a maior parte das pessoas, até no inverno e por isso há a diminuição de muitos clientes do inverno para o verão, principalmente quando está a chover precisamente porque a tipologia dos nossos espaços obriga as pessoas a estar na rua. E isso já só por si já cria uma série de problemas não é? Nomeadamente o problema do barulho que não se resolve com a questão do ruído, da insonorização etc., porque as pessoas estão cá fora e naturalmente têm que fazer barulho. Por outro lado também é um fenómeno. Há bocado o meu camarada Paulo Jesus estava aqui a referir e é verdade, há um fenómeno que é um pouco contrário a estas questões que falámos da desertificação, é que nós notamos por exemplo naquela zona do cais de São Roque há uma serie de novas casas requalificações, nomeadamente algumas pessoas que eu conheço, de casais novos que optaram por ir para ali, ainda que haja este problema ou seja, as pessoas não desistiram de utilizar dos bons espaços de Aveiro e portanto nós também temos que ter esse respeito por alguém que acredita que nós vamos conseguir encontrar soluções equilibradas. Isto para dizer o quê? Para dizer que não me parece que esta proposta alternativa traga um ganho adicional, nada de especial e acho que pelo adiantar da hora e todos conhecemos o evoluir do comportamento das pessoas seja aqui seja em qualquer lado, a partir de determinada hora e a partir de determinada hora, começamos a ter mais comportamentos pouco recomendáveis, do que recomendáveis ou seja, até às três da manhã eu acho que era uma boa solução e é uma solução que acaba por ser equilibrada, já testada e há poço a Senhora Vereadora disse, quando passaram das duas para as três da manhã não se notou nada de especial pelo contrário, até se notou uma diminuição dos problemas. Agora o

problema é depois quem fica, já fica numa situação, digamos mais eufórica para dizer assim. E portanto acho que não se ganha nada com esta questão da passagem para as quatro da manhã, havendo obviamente regimes de exceção, que podem ser ou o verão, ou as festas da cidade, ou eventualmente até o próprio sábado e domingo por exceção, mas aos outros dias parece-me excessivo e parece-me excessivo porquê? Porque também vai ao arrepio de muito que é o comportamento de muitas cidades. Por exemplo o Funchal está neste momento a tentar fazer uma regressão relativamente aos horários, porque notou que a sua classe etária predominante em termos turísticos é uma classe etária muito mais avançada. Vá, não tem uma Universidade com tanta gente como temos nós, e portanto é preciso de facto estudar os elementos, nomeadamente a população para perceber que as pessoas depois acabam por não conseguir esse tipo de horários. O Bairro alto por exemplo tem um fenómeno recente e que está a criar problemas enormes, nomeadamente a própria economia, aquela economia, porque prevaleceu aí a questão dos pequenos hotéis, dos hostels, dos moradores, porque ao mesmo tempo tinha uma política de colocar outra vez as pessoas no centro da cidade e o Bairro alto foi um dos sítios onde se reinvestiu e isso requalificou-o. E portanto estes equilíbrios têm que ser encontrados e eu acho que esta proposta, acaba por não ser apaziguadora, isto é não vai para o meio, vai para uma das extremidades, que eu acho que não era necessária.

Dizer a última questão sobre os hipermercados. Fui invetivado aqui há algumas semanas atrás, uma questão sobre a nossa proposta relativamente aos hipermercados e lembro as palavras do Paulo Marques que há pouco disse, “de facto nós estávamos à espera que viesse a esta Assembleia exatamente esta discussão, mas antes desta discussão a sustentação desta opção. E fiquei altamente desiludido com a introdução do enquadramento da Senhora Vereadora, porque de facto nada disse sobre esta questão e eu acho que isto é uma situação importante, motivou a discussão de muitas pessoas, pôs a Associação Comercial a discutir, reuniões etc., E portanto é preciso perceber porque é que a Câmara toma esta opção e não toma outra. É legítima qualquer uma das opções, a minha para ficar claro é contrária a esta opção. E não é contrária porque eu acho que o comércio tradicional vai ganhar. Há muita gente que diz que sim, há outras pessoas que dizem que não, mas dou-vos o exemplo pegando em Madrid, daquilo que por exemplo acontece, não da perspetiva das compras, mas na perspetiva dos hábitos de utilização das pessoas o sábado e ao domingo. E tendencialmente por exemplo, o bom exemplo do que Madrid tem, que nós também podemos ter é o mercado de São Miguel. Não sei quem conhece que está atrás da praça maior e que é um fenómeno de concentração da vivência da cidade de turistas e não turistas, de pessoas da cidade e porquê? Porque as pessoas ao domingo de facto não podem ir para os centros comerciais porque eles estão fechados. E portanto hoje o que acontece e nós vimos isso muitas vezes, as pessoas vão para os centros comerciais e muitas vezes não vão consumir, não vão comprar, vão andar de um lado para o outro passar o tempo. E há outras formas e essa oferta é uma oferta que nós podemos dar às pessoas, de conseguir encontrar soluções. Por exemplo é muito mais interessante abrir o mercado Manuel Firmino ao domingo, nomeadamente com as lojas e se os operadores internos não o conseguem fazer, pelo menos com as lojas e colocar pessoas nos nossos centros e ocupar as nossas praças, do que obrigar as pessoas a ir para as glicínias (desculpem a publicidade) e coisas que tais, estão entre quatro paredes, não vêm o sol etc. E portanto a questão é perceber, porque é que vamos por este caminho não é? Pode haver outras razões, mas eu gostava de as conhecer. Muito obrigado.”

(Entretanto saíram da sala os vogais Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, e Antero Marques dos Santos.)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Devo dizer que gostei muito destas últimas intervenções que recentraram o debate naquilo que me parece que também é importante, que é numa visão global, e por isso política, sobre aquilo que nós entendemos que possa ser o horário de funcionamento de venda ao público dos diferentes serviços que temos e de comércio que temos em Aveiro.

Houve aqui uma tentativa de centrar no único Ponto este Regulamento, mas realmente tem esta abrangência e por isso merece esta discussão que aqui se teve e que eu também gostaria de contribuir para ela.

Posso dizer, aliás, acho que é a primeira vez nesta Assembleia, que eu subscrevo uma intervenção do Bloco de Esquerda. Mas gostei muito da intervenção foi feita pela colega do Bloco de Esquerda em que me revejo, e que me revejo, porque foi feita, pareceu-me com toda a seriedade e defendendo valores que são valores que eu defendo e penso que todos nós também aqui defendemos nesta Assembleia.

Há que ter momentos de lazer, há que ter momentos de recreio, há que ter momentos para a família, há que ter momentos para todas as atividades que não sejam só de trabalho e que as famílias se possam encontrar e se se puderem encontrar ao domingo, que para nós que vivemos numa sociedade cristã ainda melhor. É esse o dia que devemos celebrar.

E por isso acho que esta reflexão que nós aqui fizemos é muito importante. Mas infelizmente nós sozinhos não mudamos o mundo.

E este é o grande problema. Podemos contribuir para mudar o mundo e espero que estas intervenções possam contribuir para isso, mas nós não vivemos sós. E por isso não faria qualquer sentido, antes pelo contrário, penso que seria demasiado nefasto, que nós decidíssemos unilateralmente que no nosso município não teríamos os hipermercados abertos ao domingo ou que tomássemos alguma iniciativa desse género.

E por isso acho que de acordo com aquilo que está instituído na sociedade portuguesa e nas outras cidades que têm hipermercados, penso que não nos resta outra solução senão termos, condescendermos, para que os hipermercados possam estar abertos ao domingo.

Agora o que temos que ter é uma outra oferta de atividades para que realmente as pessoas possam realmente praticar esta consciencialização cívica do usufruto do domingo.

E por isso e já foram aqui identificadas algumas atividades que se poderão fazer. Eu estou convencido, quando nós tivermos o nosso centro da cidade, o nosso pulmão verde construído com o Parque da Sustentabilidade, poderá contribuir também para um conjunto de atividades que nós aqui identificámos que deviam ser feitas ao domingo.

E gostava também de, e por isso esta é a reflexão que fazia, quanto a estas propostas de horário, houve uma discussão pública quanto a este Regulamento e realmente não houve grandes manifestações exceto um ou dois pontos, que realmente há alguma defesa de pontos de vista que nos parece que realmente não se podem conjugar.

E nós aqui não podemos ter uma solução salomónica, como me pareceu que o líder do Partido Socialista estava a propor, que é nem fazer como os outros propõem, temos aqui, cortamos ao meio e então temos aqui um horário que apesar de ninguém propor é aquele que nós podemos seguir.

Não me parece que seja esta a solução certa. Aquilo que me parece que nós temos que fazer é encontrar uma solução que apesar de não agradar a todos seja uma solução que realmente vá ao encontro daquilo que possa ser uma prática em termos de Regulamento e em termos de horários. Que toda a gente perceba e saiba como é. Porque neste momento, quando se pergunta a que horas é que fecham determinado tipo de estabelecimentos ninguém sabe. Ninguém sabe, porquê? Porque depende da altura do ano.

Bom e mais do que depender da altura do ano, depende depois de algumas excecionalidades que possa haver se há festa ou se não há festa. O problema é que nunca ninguém sabe

quando é que há festa e quando não há festa, quando é que a festa começa e quando é que a festa acaba! Quando é que começa o fim de semana, se é às quinta, se é à sexta ou se é ao sábado e então cria-se uma prática de que não se sabe e por isso muito difícil poder implementar um sistema de que não se sabe bem quando é que está aberto o estabelecimento ou quando é que não está aberto o estabelecimento, porque há aqui uma discricionariedade que nos parece que com este Regulamento vai ser resolvida.

E por isso parece-me que por esse lado este Regulamento faz sentido que seja aprovado. Lembro que e agora indo à questão que realmente levantou mais controvérsia, temos uma proposta de uma Associação de Bares de Aveiro, que defende a proposta que neste momento está em discussão. Temos também uma outra Associação que defende realmente um horário, que é um horário diferente e que seja um horário fixo ou seja alterando o horário que neste momento está em vigor, apesar de muitos dos que se manifestaram, acharem que a Câmara não devia propor nenhuma alteração ao horário que neste momento está em vigor. E por isso temos aqui várias propostas e por isso temos aqui várias formas de ver e de sentir a nossa cidade. Comungo também do argumento que já aqui foi referido, de que realmente quando o horário é mais alargado. Durante a noite, as pessoas saem dos bares a horas diferentes e com isso espero que possa haver uma diminuição de barulho, como me parece que até já foi isso que se verificou quando o horário foi alargado das duas para as três da manhã. Agora o que não pode acontecer de maneira nenhuma, é que haja realmente ruído. Isso é que não pode haver, por isso nem dentro dos bares, nem fora dos bares, nem às duas da manhã, nem às três da manhã, nem às quatro da manhã! Não pode ser!

Assim. Quer dizer, se nós vivemos numa sociedade, em respeitamos uns aos outros, de maneira nenhuma. E por isso é pena quando nós pensamos que este problema só se resolve com fiscalização.

Eu acho que o problema do barulho fora de horas tem que se resolver com mais uma vez a consciencialização cívica. Que parte de todos nós. Parte também de todos nós e por isso a fiscalização devia ser simplesmente um complemento a esta consciencialização cívica que todos devem ter. Agora tem que haver também é essa consciencialização por parte dos proprietários destes estabelecimentos também era que possam educar os seus clientes e há muitas formas de se poder subtilmente educar os seus clientes para que realmente todos os concidadãos que desejam dormir às horas normais, em que a maior parte das pessoas dormem. E esse horário, aquilo que diz a nossa Lei, é que a partir da meia-noite não se deve fazer barulho. E por isso não é à uma, nem às duas, nem às três, nem às quatro, é assim que deve acontecer. E por isso é uma questão de respeito para com os outros. De frisar também que a própria PSP e a própria GNR, não estão contra esta proposta de Regulamento, o que significa que também aqui há a possibilidade e pelo menos há aqui também o compromisso de realmente as forças policiais, poderem ajudar a que realmente a nossa cidade possa ser de usufruto por todos, até o horário mais alargado respeitando aquilo que é o direito ao descanso de cada um de nós. E por isso, por tudo isto que acabei de dizer, nós achamos que este Regulamento deve ser aprovado. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁸⁶

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁸⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁸⁸

Da Câmara Municipal

Vereador Maria da Luz⁰⁹⁰

Presidente da Câmara:⁰⁹¹

“Então o Senhor Presidente da Junta João Barbosa tem em sua posse estudos, inclusive de institutos europeus, e não nos traz para a gente ler!? Quando puder, amanhã leve isso, porque eu estou a carecer deles e será uma distinção, não por ser elaborado por instituições

européias, mas por vir da mão de um Presidente de Junta cuja autarquia festejou recentemente com 460 anos da sua criação, que é uma honra e uma distinção.

Quanto ao ter ido lá. É verdade que fui lá. É verdade que fui lá mais do que uma vez e também é verdade que não gostei do que vi na Praça do Peixe.

Quanto às promessas feitas. Não é fácil como sabem arrancar-me uma promessa e recordo-me perfeitamente, na semana em que decorria as eleições, na campanha eleitoral, numa visita à Praça do Peixe, quando fui confrontado com as pessoas da Praça do Peixe no sentido de resolver o problema do ruído e do barulho, a resposta dada nessa altura por mim às pessoas foi, se for para resolver o problema do ruído e do barulho na Praça de Peixe não votem em nós porque nos não vamos resolver esse problema.

É dito naquela altura, naquele contexto, com aquela realidade toda, portanto as promessas sempre cautelosas da minha parte e feitas desta forma. É verdade também que já houve uma reunião com um casal da Vera Cruz e também é verdade que de seguida reunimos numa reunião alargada no município com diversos técnicos de diferentes áreas todas elas tendo como denominador comum uma relação direta com o licenciamento da Praça do Peixe, enfim todas as questões.

Estamos a tentar sistematizar toda a informação referente à Praça do Peixe, desde os processos de contra ordenações que têm sido levantados, todos os licenciamentos, as condições dos licenciamentos, o número de mesas e de cadeiras, essas coisas todas, para com essa sistematização podermos então ser mais exigentes.

É nossa intenção também de seguida, com estes dados todos, poder contactarmos os proprietários dos bares, para procurar alertá-los para a situação toda e passar a criar novas exigências.

Uma primeira razão, para nós avançarmos com este horário, com esta proposta, prende-se com o facto muito simples que para nós é importante a primeira razão é acabar com as exceções.

Como foi dito aqui pelo António Salavessa, era preocupante que no Regulamento que tinha como regra o encerramento às três da manhã e isso só tivesse acontecido em função dos números aqui transmitidos em quatro meses dos doze meses do ano e que os outros oito fossem as exceções. E parece-nos que é mais claro, é mais transparente, diria até é mais honesto, com todo o risco político que isso possa ter, assumirmos os horários, do que estarmos aqui a assumir as três, para depois durante oito meses ser às quatro, assim é mais claro da nossa parte.

Queria também dar-vos nota da experiência que nós vivemos na autarquia, quando nós chegámos em 2005 à autarquia, os bares fechavam à uma da manhã e sistematicamente nas reuniões de Câmara, era sistemático isto, tínhamos pessoas da zona da Praça do Peixe a reclamarem sobre o barulho e sobre a questão do sossego na Praça do Peixe e exigir naturalmente encurtar o horário.

A leitura que nós temos em relação a este assunto é aquela que já aqui foi expressa por muitos dos Senhores Deputados. O problema que nos pareceu nas visitas feitas, não era a questão do fecho, porque o problema do barulho na Praça do Peixe não é dentro dos bares, aquilo que nos pareceu é aquilo que já aqui foi referido, o problema é fora dos bares.

E pareceu-nos que o fechar à uma, contrariamente àquilo que nos era pedido, iria ainda agravar se antecipássemos o fecho para a meia-noite seria ainda pior. E então experimentámos (penso que foi em 2007) fazer exatamente o contrário daquilo que nos era pedido e que nos era proposto, e em vez de antecipar o fecho para a uma passámos o fecho para as duas, alargámos. Imaginam o que foi essa reunião de Câmara. Isto foi anunciado, foi divulgado naturalmente e essa reunião de Câmara deu o Salão Nobre completamente cheio de pessoas da Beira-mar, com toda a legitimidade, a reclamarem em relação àquela medida, àquela proposta que estava em cima da mesa.

A proposta foi aprovada naturalmente e seguiu. E é curioso e é interessante, e isto não é um estudo, mas empiricamente também nos diz alguma coisa, é curioso que a partir daí o horário alargou depois para as duas, alargou para as três, nalguns casos passou para as quatro e é muito raro, a partir daí, e não me lembro até se foi alguém a partir de 2007 da Beira-mar à reunião de Câmara reclamar em relação ao barulho na Praça do Peixe.

Empiricamente poderemos concluir que aquilo que era uma ideia inicial de que prolongando, alargando o fecho, de forma a haver como aqui já foi referido essa distribuição das pessoas, evitando a aglomeração das pessoas todas cá fora àquela hora, não resolve o problema naturalmente porque ele é muito mais complexo do que isso, mas minora o problema.

E foi esta experiência. Suportada essa experiência que no fundo de alguma forma nos apercebemos de quanto maior for alargado o horário de saída, menos conflitualidade, menos barulho acontece. Esta é a minha leitura e que os factos na prática de alguma forma vieram e têm vindo a comprovar.

Não se esqueçam também e foi aqui levantada essa questão penso que pelo Manuel Prior, de neste processo, fazerem uma relação entre bares, discotecas. É também importante, muito importante fazer esta relação.

Eu tenho um filho de 21 anos, portanto de alguma forma, nesta questão, destes problemas da juventude, drogas, tabaco, álcool, tenho de alguma forma, tenho obrigação de ter sensibilidade para isso, porque tenho um filho. E há esta relação bares/discotecas, que devem entrar na análise que nós fazemos a este processo, porque poderão estar em causa aqui vidas de jovens, portanto é importante, até porque me parece que aquelas questões aqui colocadas como é hábito com toda a oportunidade pela Dr.^a Ana Seíça Neves, a questão dos tiros, da droga e dessas coisas todas, se me garantir que fechando os bares às três deixamos de ter bebidas em excesso, deixamos de ter tiros, deixamos de ter barulho, deixamos de ter droga, naturalmente se for fechar às três, se for aí a solução, pode contar comigo. Pronto como é evidente. A solução está um pouco mais à frente como aqui referiu e muito bem o Prof. Manuel António, no tipo de atuação, de postura, de educação, de formação que tem que prevalecer muito independentemente das horas que feche. Se não houver civismo, se não houver informação, se não houver educação, se não houver responsabilidade de cada pessoa, tudo é incontornável.

A questão da Polícia e a posição enfim, ajudou também neste processo, porquê? Porque se recordam, quando foi a passagem da uma para as duas, houve pareceres negativos e de alguma forma também, porque na altura houve pareceres negativos das forças de segurança, contra isso. Não sei se isso indicia alguma coisa ou não. Não sei também se na prática, não terão constatado enfim aquilo que é a nossa perceção a isto, portanto também nos ajudou e foi importante para a decisão que nós tomámos.

A questão coloca-se e foi aqui dito e muito bem pelo Nuno Marques Pereira, no fundo todos temos falhado em procurar uma solução. O problema põe-se aqui é, e que solução? Aquele é um espaço para a juventude, de fruição da juventude. Temos aqui uma realidade que é a Universidade de Aveiro, naturalmente que é impensável chegarmos ali e dizer “fechou”. Isto não passa pela cabeça de ninguém, fechar. Agora o problema é como é que conseguimos o equilíbrio que aqui foi referido neste processo, de forma a permitir que o espaço continue, mas que aquele direito que todas as pessoas têm ao sossego também possa acontecer.

E andámos este tempo à procura que solução? O que é que se tem que fazer de concreto?

Nós estamos a preparar um Regulamento e ele está já na fase final de elaboração e também serviram essas reuniões que tivemos com os técnicos exatamente para esse fim, desse objetivo e tencionamos ainda em agosto levar a reunião de Câmara, em que se isso for aprovado na reunião de Câmara, naturalmente se for aprovado virá aqui depois na Assembleia Municipal, e ver se conseguimos, estamos a tentar apertar a ver se conseguimos que ainda venha em setembro, embora não seja líquido, porque depois há aqueles prazos todos que tem que acontecer de publicação no período de discussão pública.

Mas estamos a avançar com um Regulamento, em que no essencial obrigamos os bares a ter incorporado nas suas instalações e nos seus equipamentos aquilo que chamam aparelhos de medição acústica “os sonómetros”.

Esses aparelhos, a ideia é esta, estão regulados em função daquela que é a realidade de cada estabelecimento, para determinada intensidade sonora, e sempre que essa intensidade sonora, os aparelhos de som que eles têm dentro dos bares e fora dos bares ultrapassam determinado nível, automaticamente o barulho é cortado durante uns minutos o bar deixa de fazer ruído.

Essa instalação está também diretamente ligada quer à Polícia, quer ao município, o que permite uma verificação permanente dos níveis de ruído registado em cada estabelecimento e haverá também a entrega semanal de uma disquete que esses aparelhos têm, em que fica registada a intensidade sonora ao longo da semana.

Esta parece-nos ser uma medida e aqui tem que haver medidas concretas que estamos a procurar desenvolver, que queremos que vá a reunião de Câmara, como já vos disse em agosto, queríamos ver se conseguíamos que viesse aqui ainda à Assembleia em setembro, de modo a poder o mais tardar em janeiro do próximo ano estar implementada.

E isto parece-nos neste aspeto positivo porque de alguma forma em termos de ruído irá controlar, irá permitir no essencial que aquele direito inalienável, que todos temos ao descanso enfim, pelo menos não seja tão prejudicado como tem sido prejudicado ultimamente.

Gonçalo da Fonseca. Quanto aos espaços alternativos. Era importante e está na nossa agenda, especialmente na agenda do Dr. Pedro Ferreira, que tem procurado desenvolver algumas diligências como sabe, encontrar espaços alternativos para este espaço de diversão noturna. Não é fácil, vamos ver se todos conseguimos encontrar para o futuro, será a médio longo prazo, uma solução.

Quanto às grandes superfícies, foi aqui referido a frase foi esta “o Governo passou para a Câmara, a decisão do encerramento aos domingos”. Penso que foi o Dr. Salavessa que pôs esta questão aqui assim.

Bem, vamos analisar, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, após a publicação da Lei, a Câmara Municipal de Viana do Castelo dentro dessa prerrogativa legal, deliberou, decidiu, encerrar as grandes superfícies no concelho de Viana do Castelo aos domingos.

Se forem a Viana do Castelo as grandes superfícies estão abertas aos domingos, porquê? Porque terá havido, estão a ser desenvolvidas diligências, haveria ali qualquer lacuna na lei que deu espaço a que aquilo que aparentemente era um espaço de decisão do município se transformou num espaço de decisão do Tribunal.

E pareceu-nos que a pior coisa que podia acontecer era estarmos a decidir tomar decisões num sentido e depois na prática as coisas acontecerem ao contrário.

Aliás, não deixa de ser interessante e também merece a nossa análise este facto, de Viana do Castelo foi a única (que eu saiba) Câmara do país que tomou essa decisão.

Todas as outras ficaram um pouco na expectativa, foi a única que tomou. E ao ser a única que tomou essa decisão de alguma forma explica aqui assim a fragilidade dessa Lei e explica também que tendo sido a única e aqui assim como foi referido, ao não avançar nenhuma, porque estão todas à espera que as outras avancem, porque naturalmente não há aqui inocências, não somos inocentes nisto, há aqui atividades económicas envolventes e naturalmente um município espera sempre que um outro município feche para não fechar o dele, para que depois aos domingos as pessoas venham de outro município para o dele. Enfim, há esta realidade económica toda que circunda isto tudo.

Da nossa parte penso que não nos deveríamos ter apressado. Podíamos ter caído no erro de Viana do Castelo ter decidido num sentido e depois o Tribunal passado um mês dizer “o que vocês decidiram não vale nada, fratura-se, rasura-se, rasga-se, põe-se para o lixo e continua aberto.” Pronto, isto também não era bom que acontecesse. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹²

Senhor Presidente e Senhores deputados, eu estou-me perfeitamente nas tintas do ponto de vista pessoal, para o que é que pensam os operadores de discotecas, porque são um universo muito restrito, são um universo muito restrito e bem localizado no concelho e o impacto daquilo que se decida em relação às discotecas, não é o mesmo daquilo que se decide em relação aos bares que estão instalados no núcleo urbano, seja na Glória, seja na Vera Cruz ou talvez de forma inversa, seja na Vera Cruz, seja na Glória. Já há pouco foi dita a diferença de critérios relativamente à justificação, eu não vou gastar mais tempo em relação a isso, portanto esta diferença que há em porque somos pioneiros na taxa turística, mas não podemos ser pioneiros na limitação do funcionamento dos hipermercados, portanto é uma dualidade de argumentação que não pega. Mas aquilo que é mais interessante é verificar que, para vencer as diferenças, ambiguidades, etc., se tenha decidido não de forma salomónica e até se entendia que fosse de forma salomónica, mas decidiu-se a favor de doze interesses particulares, os donos dos bares.

Portanto aquilo que foi decidido foi a proposta, a ideia de defensores dos bares, não o contrário. Portanto as populações foram mais uma vez ignoradas — razão porque é que desta vez não houve gente na reunião da Câmara, talvez até tenha aí resposta Senhor Presidente. É porque as pessoas desacreditam que a sua posição seja respeitada, eles tomaram posição em força da outra vez e a Câmara o que é que fez? Decidiu ao contrário. Portanto sentem que não vale a pena! Não vale a pena perante a Câmara e perante uma proposta da Câmara, sentem que não vale a pena.

Às vezes também quase que eu sinto que não vale a pena argumentar porque os Senhores não querem ouvir argumentos. Trazem uma ideia feita, avançam com ela, ponto final, acabou.

Há um bar a vinte metros da minha casa que fecha à meia-noite. Sai tudo para a rua à meia-noite, estão mais meia hora, ou quarenta e cinco minutos se o tempo estiver bom, à conversa à porta. À uma da manhã já não há mais barulho. E se estiver mau tempo nem isso. Portanto não digam que a tranquilidade se garante com a saída às cinco ou às quatro da manhã, por comodidade garante-se que quando mais tarde for mais tranquilidade há, é exatamente ao contrário.

Peço que fique em ata, porque eu assumo a responsabilidade daquilo que vou dizer. O parecer que está aí da PSP é um parecer impossível. Eu sei que existe, está feito, está assinado, está assinado por quem assinou e eu assumo a responsabilidade do que digo. Pessoas que participaram no organismo que é o Conselho Municipal de Segurança ouviram a opinião dos policiais da PSP relativamente a esta questão, até que horas é que eles garantem a segurança na área da Praça do Peixe. E foram muito claros na reunião do Conselho Municipal de Segurança, que só até às duas da manhã é que garantiam, a partir daí que não havia possibilidade de garantir.

Portanto eu digo com toda a responsabilidade que isto implica, esse parecer eu não o entendo! Não o entendo!

Por fim a questão que foi aqui trazida dos Três Pinheiros não tem qualquer aplicação. Os Três Pinheiros é uma discoteca isolada, na estrada nacional, não se pode confundir a experiência dos Três Pinheiros com questões de bares que estão instalados no núcleo urbano. E eu chamo a atenção que este Regulamento diz que as esplanadas podem acompanhar o horário de funcionamento! O que quer dizer que por este Regulamento as esplanadas cá fora podem estar até às quatro da manhã se for aprovado como está.

Portanto digam-me lá como é que controlam o ruído na esplanada? Vai lá estar um Polícia a dizer “chio, chio, chio!” Não pode ser! Não pode ser. Portanto se estão a fazer o estudo, se estão a tomar medidas, se estão a querer implementar melhorias, implementem-nas. Mas a

seguir tragam-me os horários. Eu garanto da parte do PCP se os Senhores garantirem minimamente o funcionamento e a tranquilidade, que não há problema nenhum, em ser às quatro, às cinco ou às seis, o problema é que sem estarem testadas soluções estar a avançar já para esta proposta, que não é equilibrada, que é favorável apenas a uma das partes, não é favorável aos interesses das populações.”

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹³

“Muito rapidamente. Julgo que a contradição que o Manuel António Coimbra descoseu pôs já a questão no ponto certo. A maioria da direita, não toda, mas a maioria da direita aqui considera uma boa coisa abrir os hipers aos domingos.

Pois bem, aquilo que eu devo dizer à bancada da direita, à maior parte da bancada da direita, é que já não há conservadores como antigamente.

Há conservadores que como hoje rejeitam o multiculturalismo, dizem que a sociedade não é multicultural e insistem que as raízes da Europa e de Portugal não são multiculturais quando o são.

É também (pasmese), a mesma direita que a nível nacional reduziu o salário das mulheres durante a gravidez! Pronto já sabemos que nem podemos contar com os conservadores para proteger a família.

Passando para a questão da economia, diz o Presidente Élio Mia que se nós fecharmos os hipers ao domingo acontece uma catástrofe em Aveiro e toda a gente vai para fora!?

O Presidente Élio Maia lançou a primeira pedra da Makro. O Presidente Élio Maia esteve na inauguração da Makro, só faltou o Presidente Élio Maia ficar lá a assentar tijolo entre estes dois períodos — a Makro foi-se embora!

A BATA, julgo eu se não estou em erro, há duas lojas em Aveiro da BATA, a BATA tem a fechar todas as suas lojas em Portugal, e estão duas em Aveiro. Portanto não é por fecharmos os hipers ao domingo que há estas questões económicas, é por outra questão. Aquilo que eu questiono é, se fecharmos os hipers ao domingo não melhora a economia como um todo? O comércio tradicional não melhora? A vida das pessoas que trabalha nos hipermercados e que trabalha no comércio tradicional não melhora?

Quanto a mim sim. E surpreende-me bastante que a direita conservadora nem para defender a família sirva.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁹⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente, serei rápido dando nota de três questões. Uma, dizer à Senhora Vereadora que não percebi a argumentação relativamente à questão dos hipermercados. Diz “as pessoas tem hábitos, mas não são os seus”. Disse as suas palavras, porque os outros são mais difíceis e porque não há uma oferta qualificada para as pessoas fazerem alguma coisa cá fora. Isto foram as palavras da Senhora Vereadora e portanto vai daí dizer assim “bem, se são estes os hábitos das pessoas, nós acompanhamos mesmo que não consideremos que não são os mais saudáveis”.

Segunda questão para que fique claro para toda a gente. Houve várias propostas relativamente aos horários dos bares e houve estabelecimentos que se juntaram e propuseram quatro da manhã. E houve outros estabelecimentos que se juntaram e propuseram três da manhã. Isto é claro para toda a gente e portanto houve uma opção entre a opinião de uns proprietários de estabelecimentos e de outros proprietários de estabelecimento.

E chegou à Comissão Permanente uma proposta sobre isso, eles foram ouvidos. E portanto e foram ouvidos exatamente naquele período e pelas razões e esta foi uma das razões pelas

quais o PS pediu que baixasse à Comissão Permanente, um tempo adicional para a discussão desta matéria.

E portanto houve uma pressão clara da Câmara, o Senhor Presidente já explicou, mas houve várias propostas. E eu acompanho o deputado António Salavessa sobre a estranheza relativamente ao parecer da Polícia de Segurança Pública! E aquilo que sugeria, para que se dissipassem todas as dúvidas, e até para que fosse produzido algum conteúdo perfeitamente oficial e fidedigno, que o Senhor Presidente tomasse a iniciativa de agendar uma reunião do Conselho Municipal de Segurança. E que esta questão, espero que ele tenha sido ouvido sobre esta matéria e sobre o Regulamento, espero que tenha sido ouvido e portanto gostava também já agora que me conformassem esta informação. Mas penso que dadas as circunstâncias é importante ouvir para perceber se de facto estamos todos a falar sobre as mesmas informações e se mesmo dentro da Polícia de Segurança Pública, não há desentendimentos.

Última questão. O Senhor Presidente disse sobre os horários dos hipermercados: “Viana do Castelo foi a única que tomou a decisão, relativamente à questão do fecho dos horários aos domingos” — foi a única e portanto isso explica a fragilidade dessa Lei. Digo eu agora: “Vila Real de Santo António foi a única que implementou uma taxa turística” — então aqui já não explica a fragilidade desta Lei. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa deu conhecimento das propostas de alteração apresentadas pelos grupos municipais do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, dando início ao momento de votação

Proposta de Alteração A₀₉₇ – (PCP)

«Proposta de alteração artigo 3.º (Regime geral de funcionamento) nova redação para o ponto n.º 3 – “os bares, pubs e estabelecimentos análogos que não disponham de espaço destinado a dança podem estar abertos entre as 10 horas e as 02 horas, podendo estar abertos entre as 10h e 03h todos os dias de verão, bem como sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados”.»

Colocada à votação foi a mesma rejeitada, [098](#) com dezassete votos contra (PSD16+CDS1), seis abstenções (PS6), e seis votos a favor (PSD1+CDS2+BE2+PCP1).

Proposta de Alteração B₁₀₀ – (PCP)

«Proposta de alteração artigo 5.º (Grandes Superfícies Comerciais) nova redação para os pontos: “1- As grandes superfícies comerciais podem funcionar entre as 9 horas e as 23 horas, de segunda-feira a sábado, de cada semana. 2- As grandes superfícies comerciais encerram aos domingos”.»

Colocada à votação foi a mesma rejeitada, [102](#) com dezassete votos contra (PSD16+CDS1), cinco abstenções (PS5), e sete votos a favor (PSD1+CDS2+PS1+BE2++PCP1).

Proposta de Alteração C₁₀₅ – (BE)

«Proposta de alteração artigo 5.º (Grandes Superfícies Comerciais) nova redação para o ponto 1 “As grandes superfícies comerciais podem funcionar entre as 9 horas e as 23 horas, de segunda-feira a sábado”.»

Colocada à votação foi a mesma rejeitada, [106](#) com dezassete votos contra (PSD16+CDS1), cinco abstenções (PS5), e sete votos a favor (PSD1+CDS2+PS1+BE2++PCP1).

De seguida o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 8 – Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,¹⁰⁷ com dezassete votos a favor (PSD16+CDS1), três abstenções (PSD1+CDS2), e nove votos contra (PS6+BE2+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal Nelson Peralta (BE):¹⁰⁸

“ O Bloco de Esquerda votou contra este Regulamento acima de tudo por dois motivos, o primeiro porque discorda da abertura dos hipermercados ao domingo. Consideramos que é um ataque ao horário de trabalho e aos direitos de quem trabalha nos hipermercados. Consideramos ainda que é uma facada no comércio tradicional, na economia aveirense e em quem trabalha no comércio tradicional. Consideramos que é uma decisão pública que penaliza a economia em favor das grandes superfícies e em desfavor de todos os outros. Agora em relação à questão dos bares, apesar de sermos favoráveis ao horário alargado, a Câmara Municipal não conseguiu justificar a sua proposta e foi evidente que há uma falta de estratégia, nomeadamente no que diz respeito aos transportes públicos, à segurança e ao urbanismo e em todas as políticas públicas relativamente a esta questão.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada¹⁰⁹ por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada¹¹⁰ a nona reunião da Sessão Ordinária de abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 25 de julho, (4.ª feira), pelas 20.00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 19 de julho de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)